

Stefano Francesco Pais

Moçâmedes

A cidade, do deserto à arquitectura.



Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciência e Tecnologia
Porto, 2019

Stefano Francesco Pais

Moçâmedes

A cidade, do deserto à arquitectura.



Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciência e Tecnologia
Porto, 2019

A seguinte dissertação é de autoria de Stefano Francesco Pais, e integra-se no âmbito de obtenção de grau de Mestre no curso de Arquitectura e Urbanismo, pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa.

Resumo: Uma análise da malha urbana da cidade de Moçâmedes, na província do Namibe, em Angola, atendendo às suas morfologias e evolução desde a cidade colonial até à atualidade. A determinação do centro e coroas urbanas sucessivas dentro de um núcleo significante. Identificação e classificação dos seus traçados, suas vias e edificado. Focando a análise sobre a habitação, mais propriamente modelos típicos habitacionais unifamiliares.

Palavras-chave: Moçâmedes; cidade; habitação; unifamiliar; vivência

Abstract: An analysis of the urban network of the city of Moçâmedes, in the province of Namibe, Angola, considering its morphologies and evolution from the colonial city to the present day. The determination of the center and successive urban crowns within a significant nucleus. Identification and classification of its urban composition, its roads and built tissue. A focus on housing analysis, more specifically typical single-family housing models.

Key-words: Moçâmedes; city; housing; singlefamily; living

Confiança.

O oceano separou-me de mim
enquanto me fui esquecendo nos séculos
e eis-me presente
reunindo em mim o espaço
condensando o tempo

Agostinho Neto

Dedicatória

Dedico esta dissertação a todos os moçamedenses e angolanos, tentando que esta investigação seja um abrir de portas para a riqueza arquitetónica que temos no país, uma força de vontade em investigar, explorar e dar a conhecer o que temos como património e herança, o orgulho que devemos transparecer em contar as histórias de uma terra sem igual, onde o espírito é destinto, e onde a minha alma encontra paz.

Agradecimentos

Terminada esta investigação resta-me agradecer a colaboração, ajuda e apoio de todas as pessoas que tornaram possível ultrapassar todos os obstáculos nestes passados anos de faculdade, sendo impossível agradecer a todos os envolvidos neste percurso cabe-me agradecer aos mais marcantes.

Começando pela minha mãe, não existe papel mais impactante na minha vida do que aquele que ela desempenha, a razão de hoje ser quem eu sou, realmente não tem palavras para descrever um agradecimento de tudo o que fez desde o primeiro dia até hoje. O meu padrasto, o homem que me criou, que teve e tem um fundamental papel na minha educação e na luta pelos meus objetivos e valores, e que soube me entender até na minha ausência de palavras. O meu avô, a serenidade e postura que me transmitiu desde pequeno lembra-me que em momentos de turbulência manter a calma é a solução, o amor que sinto é realmente indiscreto.

Um grande obrigado a todos os amigos que se mantiveram presentes apesar da distância ao longo de todos os anos, e aos novos amigos que foram surgindo ao longo da minha passagem em Portugal.

Claramente iria agradecer o meu orientador, o Professor Ilídio Silva, que sempre esteve disponível, sempre deu-me força e foco desde o primeiro dia que falei com o mesmo sobre esta mesma investigação, toda a sua preocupação e calma nunca será esquecida, em vários momentos tive dúvidas em concluir a dissertação dentro dos prazos estabelecidos e graças a ele consegui alcançar este enorme objetivo, a capacidade que tem de me compreender e a sua constante boa disposição é realmente marcante e será sempre uma pessoa importante para mim.

Um grande obrigado a todos!

Índice	
Introdução	12
Cap. I A cidade de Moçâmedes	14
1.1 História da cidade de Moçâmedes	14
1.2 A Cidade - núcleo original e coroas urbanas sucessivas	25
1.2.1 A primeira cidade colonial	25
1.2.2 A segunda cidade colonial	26
1.2.3 A terceira cidade colonial	29
1.2.4 A cidade pós-colonial	31
Cap. II O conjunto significativo	34
2.1 Traçados	36
1.2.1 A primeira cidade colonial	38
1.2.2 A segunda cidade colonial	40
1.2.3 A terceira cidade colonial	42
1.2.4 A cidade pós-colonial	44
2.2. Vias	45
2.2.1 Sistema de Vias	45
2.2.2 Hierarquia de Vias	47
2.3 Edificado	49
Cap. III A habitação	56
3.1 A habitação no tecido de Moçâmedes	56
3.2 Casos exemplares de habitação unifamiliar isolada	60
3.3 Casos menos usuais da habitação unifamiliar	69
Conclusões	76

Abreviaturas

GUC - Gabinete de Urbanização Colonial

GUU - Gabinete de Urbanização do Ultramar

PGM - Plano Geral de Moçâmedes

PRM - Plano Regulador de Moçâmedes

PP - Plano Parcial

Introdução

A presente dissertação destina-se à obtenção de grau de Mestre pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa, no curso de Arquitectura e Urbanismo.

A dissertação irá tratar o desenvolvimento da malha urbana da cidade de Moçâmedes, na província do Namibe, Angola, e uma análise comparativa entre os modelos típicos de habitação unifamiliar isolada e casos menos típicos de habitação unifamiliar dentro de um núcleo significante que compreende o centro da cidade e coroas urbanas sucessivas.

A razão que me levou a desenvolver esta investigação foi primeiramente por ter vivido em Moçâmedes entre 2005 a 2014, regressando anualmente à cidade, e pela necessidade que sinto de dar o meu contributo à mesma que me acolheu, esperando sempre as melhores práticas sobre ela.

Com a presente, pretendo a sensibilização e um domínio da evolução da malha urbana da cidade de Moçâmedes, abraçando todas suas características e morfologias, apontando a relação do edificado que nela se enquadra, e a morfologia da arquitectura a na habitação típica unifamiliar colonial e pós-colonial, questionando de que forma a arquitectura agiu sobre estes tipos de habitações em cada uma de suas épocas, assumindo exemplos típicos em momentos temporais concretos.

A dissertação tenta responder a um entendimento sobre o desenvolvimento territorial da cidade entre períodos, uma base colonial que se prolonga até ao presente, uma primeira escala que nos afasta para entender a cidade de Moçâmedes como um todo. Estabelecendo um núcleo consolidado na cidade de Moçâmedes, a escala diminui delimitando a área de incidência de análise, que se complexifica com uma visão sobre a morfologia do edificado, permitindo assim analisar o tecido habitacional dentro dos parâmetros definidos para esta temática.

O tema foi desenvolvido a partir de uma análise sustentada por múltiplo material cartográfico relativo à malha urbana da cidade permitindo debruçar-me sobre a evolução da mesma. Cruzando com um levantamento fotográfico e um conhecimento físico do

local, define-se as múltiplas morfologias do edificado, onde o estudo e desenvolvimento do caso prático é sustentado por bibliografia competente para este tema.

Dentro da informação obtida, a cartografia mais atualizada ainda que parcial foi-me fornecida pelo Governo Provincial do Namibe que, completada pela cartografia cedida pelo Arquivo Histórico do Ultramar, define a evolução da cidade. Procurei não valorizar excessivamente a bibliografia pela sua extensão, resumindo-a a algumas fontes sólidas, e privilegiar o que mais posso contribuir de diferenciador, e que é o meu conhecimento e experiência concreta do espaço e vivência de Moçâmedes. Como é evidente, foi necessário enquadrar estilisticamente a arquitectura que analisei e relacionar o planeamento da cidade com grandes correntes urbanísticas, mas o meu objetivo não é discutir essas definições em si mesmas. Como tal, as obras que mais impacto tiveram neste trabalho são as que transmitem informação objetiva sobre a cidade em análise. Dentro destas seria de salientar a obra de Carlos Garcia – Moçâmedes: A cidade que o homem impôs ao vento (1968) e a obra de Manuel Torres - *O distrito de Moçâmedes nas fases de origem e primeira organização* (1974), sendo estas as que mais complementaram o enquadramento histórico da cidade de forma mais detalhada.

A presente dissertação divide-se em três momentos de análise, em que a primeira enquadra o território, a história do mesmo e a evolução urbana que acompanhou Moçâmedes desde o seu início até a actualidade.

Como segundo ponto temos a classificação dos vários momentos urbanos que se segmentam dentro de um núcleo histórico sendo este a primeira cidade colonial, e posteriores cidades coloniais, assim como a cidade pós-colonial. Determinando um núcleo signficante, restringindo a área de análise, classificando a malha urbana através das suas vias, quarteirões e edificado.

O terceiro e último ponto analisa o edificado habitacional, e classifica-o, determinando uma análise mais aprofundada com exemplos dentro de dois parâmetros: edificado habitacional unifamiliar isolado e casos menos típicos de habitação unifamiliar.

Com esta análise determina-se a evolução da cidade de Moçâmedes e sua caracterização, levanta-se os constituintes da sua malha urbana, e debruça-se sobre o edificado unifamiliar isolado e casos menos típicos perpetuando o tempo além do centro histórico, conseguindo assim analisar a oscilação das vivências das pessoas e da própria arquitectura nas coroas urbanas da cidade.

Cap. I A Cidade de Moçâmedes

1.1 História da Cidade de Moçâmedes

A sul de Angola, pelo litoral, limitada pelo deserto do Namibe e o oceano Atlântico, localiza-se entre as pontas do Noronha e do Giraúl, a baía de Moçâmedes.

A baía é dividida pelo Rio Bero, na realidade um wádí, um rio temporário, que flui apenas na estação das chuvas, a partir de águas que recebe da Serra da Chela, transbordando as margens nessa altura, e criando assim vastas áreas verdes, um oásis entre o deserto e o oceano.

De Sudoeste, o vento atinge a localidade durante todo o ano, mas faz-se sentir um maior vigor nos meses entre Outubro e Fevereiro relativamente ao resto do ano. O clima da baía é bastante influenciado pelo clima do deserto do Namibe, mas a existência dos ventos alísios, permanentes, permite uma constância climática durante quase todo o ano (Aguiar, 1954, p. 1).

Moçâmedes aparece-nos como uma cidade fundada no século XIX, apesar de possuir uma história anterior. Desde o século XV que o conhecimento dum povoado herero, que na altura se denominava localmente Mossungo Bitoto, era sabido dos navegantes portugueses, que a ele aportavam como um pequeno local de abastecimento de escravos para os barcos que atravessavam para o Oriente, e a que davam o nome de Angra do Negro. Inscrições de marinheiros marcam o morro rochoso que se destaca nesta Angra do Negro, salientando a frequência deste local não só apenas por navegantes portugueses, mas também por navegantes de várias proveniências (Aguiar, 1954, p. 3).

Na região, a presença de povos tribais é muito antiga, como disse, ainda antes da chegada e colonização portuguesa, o que justifica a transformação posterior deste local a um ponto de tráfico negreiro. Importa realçar que os povos seriam nómadas; o povo Herero (Bantu) marca com maior força esta região, sendo possível uma existência mais pontual de povos como Nhaneca-Humbe, da atual região da Huíla (Azevedo, 2014, p.22).

Moçâmedes assume seu nome, embora não na sua grafia atual – mas como Mossâmedes - após a expedição do Tenente Coronel Luís Pinheiro Furtado em 1785, um ano depois da perda pelo Reino de Portugal da posse territorial de Cabinda para a França, que durará até 1776, abrindo assim a necessidade à exploração territorial a sul de Angola. Furtado batiza a localidade em honra ao governador-geral de Angola da época, José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, barão de Mossâmedes, topónimo este referido à localidade de Moçâmedes, em Viseu, Portugal.

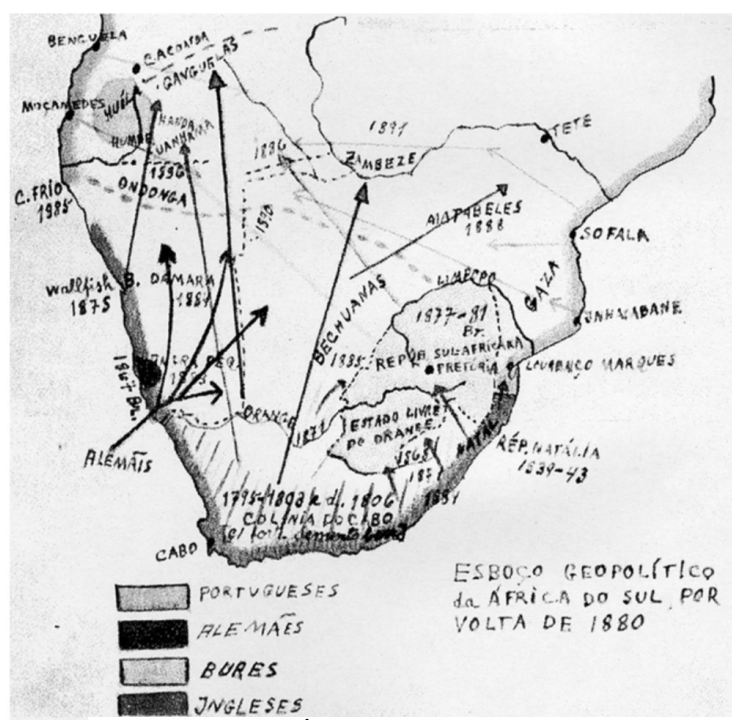


Figura 1: Fluxos da África Austral

Neste período do século XVIII, Brasil e Angola complementavam ambos os seus fluxos económicos. O tráfico de escravos fornecido por Angola, retornava desde alimento, dinheiro, soldados e pólvora, diretamente do Brasil (Garcia, 1968, p. 11).

Porém, com a independência do Brasil, em 1826 é assinado um tratado com a Inglaterra que propunha o encerramento do tráfico negreiro, a principiar a 23 de Novembro de 1830 (Bethell, 1976, p. 74). Com isto, Angola sofre um custo económico elevado que impunha um controle sobre o tráfico de escravos ilícito. As mudanças de direção económica foram progressivas, e lentamente houve a abolição de tráfico de escravos em Angola, incluindo Moçâmedes, tornando-se num ponto somente de abastecimento de mercadorias. A abolição foi oficializada em Angola em 1836, teve

várias políticas de supressão até a sua concretização, dando fim ao tráfico legal de escravos, mas que estatisticamente aumentou o tráfico ilegal de escravos (Alexandre, 1991, p. 303).

O Sul de Angola era dos locais costeiros mais vulneráveis devido à fraca fixação colonial, um ponto sob a influência várias potências europeias que se implantavam em zonas fronteiras, nomeadamente alemães e britânicos, e que teriam todo o interesse em se expandir para esta área, o que criava alguma pressão na rapidez de reconhecimento territorial e fixação portuguesa (Bastos, 2009 p. 59).

O investimento colonial português na prospeção e reconhecimento territorial costeiro do Sul de Angola remonta a cerca de uma década antes da fundação de uma povoação. Oficialmente, regista-se o primeiro reconhecimento destinado a um assentamento permanente em Moçâmedes por P. Alexandrino e J. Francisco Garcia em 1839, e é marcado pelo início da construção da fortaleza de S. Fernando em Ponta Negra, o morro rochoso que se destaca no centro da baía. Seguindo o início da construção da fortaleza, António Guimarães Júnior implanta uma feitoria, e Fernando Cardoso Guimarães inaugura a primeira pescaria em 1843 (Garcia, 1968, p. 32).

A fundação do burgo de Mossâmedes consuma-se em 1849, com a chegada da primeira colónia vinda de Pernambuco a comando de Bernardino Castro, seguindo a bordo da barca “Tentativa Feliz”. Esta decisão de implantação territorial no litoral Sul de Angola, adveio do Brasil se ter separado da Coroa de Portugal, e os atritos seguintes para com os portugueses emigrantes que se mantiveram. Um artigo publicado no Notícias da Huíla, em 1945, o autor descreve o que deu início à colonização definitiva de Moçâmedes:

“Brasil, em Pernambuco, os excessos que caracterizam todas as revoluções levaram a perseguir os emigrantes portugueses, um grupo deles, ofendido com injustiças e vexames de que eram alvo, solicitam

ao Governo de Lisboa que os fixasse num ponto da Costa Ocidental da nossa África, onde pudessem continuar a pertencer à comunidade lusitana e a usar o nome de portuguesa.” (Azevedo, 1945, p.25).

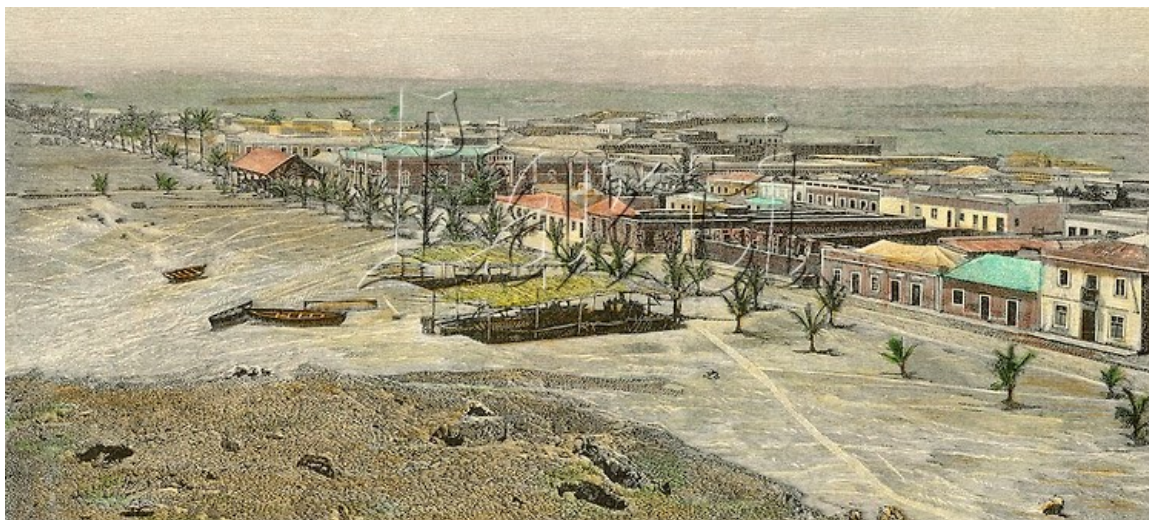


Figura 2: Gravura M.Moraes - Moçâmedes 1863

Esta primeira colónia regeu a existência da então Mossâmedes, e o seu sucesso surge após a luta contra a prolongada seca que o Rio Bero teve, perdendo-se assim todas as plantações que foram inicialmente cultivadas pelos mesmos, momento crítico para a primeira colónia, que só sobreviveu devido a ajudas provenientes de Luanda e Benguela (Garcia, 1968, p. 30).

Em 1855 o assentamento de Mossâmedes eleva-se a vila, e poucos anos depois, por volta de 1860, funda-se o Distrito de Mossâmedes, integrando-o assim dentro de uma totalidade de cinco distritos que completavam a colónia portuguesa em Angola.

Mantendo este ponto territorial fortemente sob o domínio português, pôde-se prosseguir para a conquista do interior do território por volta de 1865, nomeadamente nas regiões de Huíla, e passando pela região do Bié até ao Moxico, mas também com uma ambição inicial de subir o Rio do Cunene que era fantasiosamente visto como a solução para a ligação entre as costas de Angola e Moçambique (Garcia, 1968, p. 12).

Entretanto, desde o assentamento da primeira colônia de 1849, liderada por Bernardino de Castro, prossegue-se a implantação de várias fazendas ao longo do leito do Rio Bero, o “Nilo de Mossâmedes”, como lhe chamava.

Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, natural de Coimbra, participou na guerra civil portuguesa de 1828 a 1834 como tenente, seguindo o partido de D. Miguel. Sobrevivente da derrota e exilado de Lisboa refugia-se no Brasil, nomeadamente em Pernambuco, até 1849, tornando-se o líder da primeira colônia de Moçâmedes (Vicente, 1969, p. 140).

Apesar de uma certa preocupação com a indústria da pesca, houve um maior investimento pela população na lavoura, definindo assim Moçâmedes como uma colônia maioritariamente agrícola neste momento. Este mesmo Bernardino Castro, o responsável pela primeira leva de colonos, relata as atividades que primeiramente se desenvolveram na povoação:

“É um bulício, Mossamedes; uns edificam casas na povoação que escolheram para habitar; outros nas faldas da serra dos Cavaleiros, no sítio chamado dos Namorados, e que dista uma légua; outros arroteiam terras nas Hortas; outros, no sítio da Olaria, a légua e meia de distância, mas com embarque próximo, onde se vai fazer tijolo e telha; outros, na várzea da União, duas léguas longe daqui; outros, enfim, no vale dos Cavaleiros, que dista três léguas e que é onde se vão levantar os primeiros laboratórios sacarinos; lá se vê um carro carregado de caibros; há ali pretos conduzindo junco e tábuas; acolá, as autoridades, montadas em bois, percorrendo e medindo os terrenos; noutra parte se quebra pedra, que se vai carregando juntamente com o barro; as paredes para as casas crescem visivelmente (...).” (Duarte, 1999, p. 203).

Em 1880 ascende a cidade, marcada pelo traço urbano do seu quinto governador, Fernando da Costa Leal, numa malha rígida de quarteirões similares, e assim define-se o início da primeira cidade colonial de Mossâmedes (Rodrigues, 2019, p.1).

Fernando da Costa Leal é considerado dos governadores mais dinâmicos e importantes para a cidade. Entre seus feitos, destacam-se a finalização da Fortaleza de S. Fernando e do edifício da Alfândega, a conclusão da Igreja de Santo Adrião; o mesmo governador ordenou a primeira ocupação da Huíla, e fomentou o comércio, agricultura e a indústria (Torres, 1974, p. 103).

“Cidade de areais, implantada entre o deserto, o mar e as hortas, Moçâmedes possui desde o início um carácter próprio e uma personalidade urbana que, excetuando a implantação inicial dos equipamentos institucionais ao longo da baía (forte, palácio, igreja, hospital), esteve sempre assente na retícula rigorosa (e pioneira, na lusáfrica) que se implantou, alongadamente, no sentido sudoeste-nordeste.” (Mattoso, 2007, p.432).



Figura 3: Moçâmedes e Núcleos Urbanos

Após a primeira fase de colonização, segue-se uma segunda, em 1884, com colonos provenientes sobretudo do Algarve, mas igualmente da Madeira, vindos em resposta a uma necessidade de crescimento da colónia, sob a liderança de José Joaquim da Costa. A chegada de algarvios e madeirenses continuará a fazer-se sentir até princípios do século XX, classificando Moçâmedes como uma colónia claramente agrícola e piscatória. (Bastos, 2009, p. 64).

No final do século XIX e inícios do século XX, com a forte dinâmica comercial que a cidade exhibe, surge o caminho de ferro, um passo marcante a nível de intercâmbio e fornecimento para com o interior do país: em 1910 abre o primeiro troço, que só se iria completar meio século após, ligando assim Moçâmedes a Menongue, embora tenha caído

em desuso entre o período da guerra colonial e civil, sendo apenas reativada no ano de 2002.

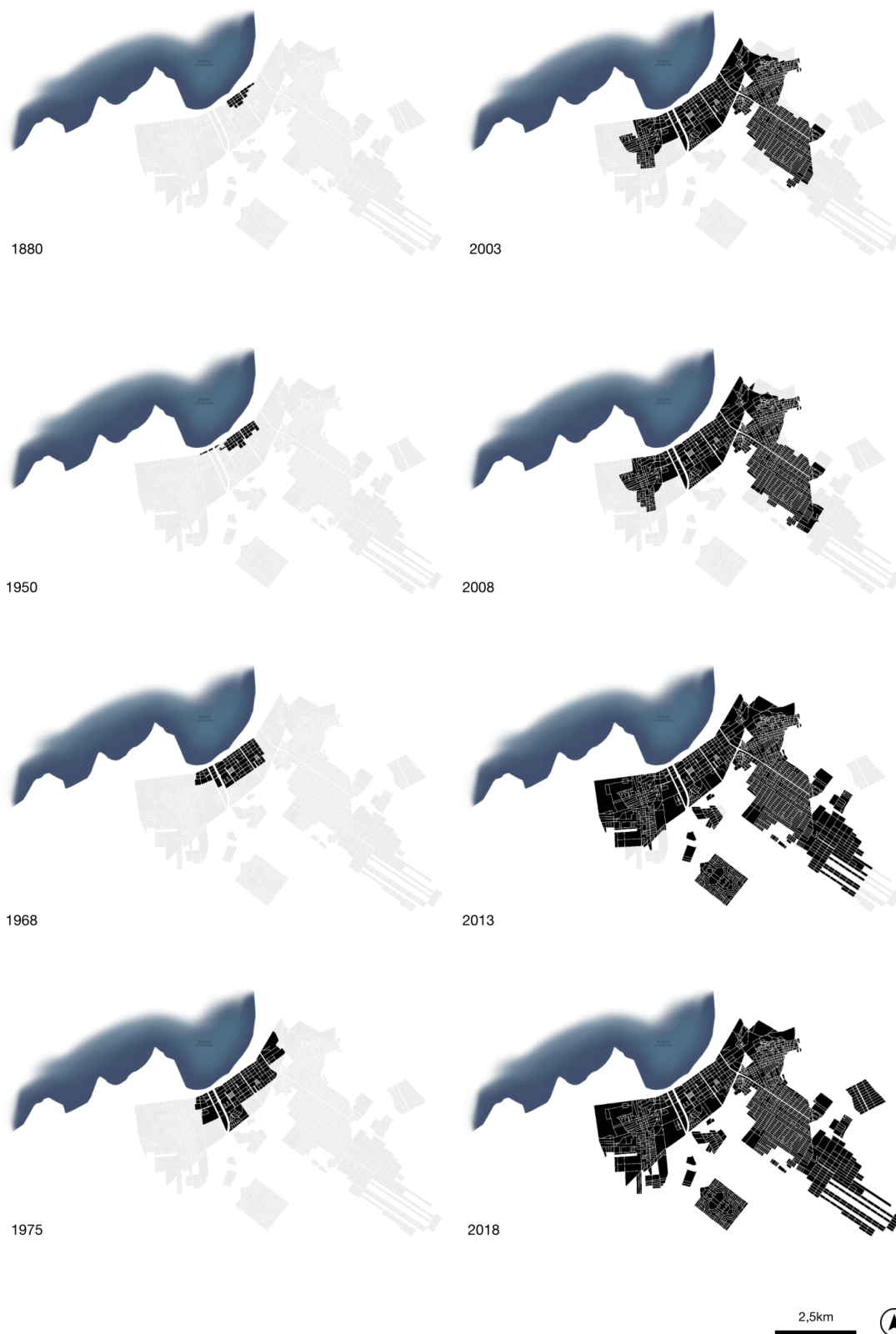




Figura 5: Fotografia do Palácio, Igreja S.Adrião e Hospital

Em Angola, como nas restantes colónias ultramarinas, durante o Estado Novo as realizações arquitectónicas e urbanas foram essencialmente projectadas pelo Gabinete de Urbanização Colonial (GUC). Associado ao Ministério das Colónias, o GUC foi oficialmente criado por Marcelo Caetano, enquanto ministro das colónias, em 1944, e era constituído por vários arquitectos e engenheiros, tendo “um carácter de organismo comum a todas as colónias de África” (Dec. N.º 34:173, 06/12/1944). Assume posteriormente designações distintas: Gabinete de Urbanização do Ultramar em 1951 (GUU), e Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH) em 1957 (Milheiro, 2012a, p. 1).



Figura 6: Gravura de Moçamedes 1888

Em 1952, no reinvestimento colonial do Estado Novo e na sua reformulação económica após a segunda Guerra Mundial, João António Aguiar, arquitecto responsável pelo GUC, desenvolve o projecto de expansão da cidade, terminando dois anos depois, dando origem assim ao Plano Geral de Moçamedes de 1954. Este plano, para além da

expansão da cidade, era marcado pelo início da construção do novo porto comercial, a implementação de espaços verdes, novas escolas, um novo hospital central, entre outros serviços. Um desenho urbano preocupado com implementação de serviços e espaço público de recreio numa relação entre a cidade existente e a nova expansão que previa. (Rodrigues, 2019, p. 1).

Entretanto, em 1953, a cidade adota o nome corrigido de Moçâmedes e assim se mantém até 1985. A partir desta data chamar-se-á Namibe, marcando assim a nova identidade pós-colonial, com a independência do país em 11 de Novembro de 1975. Perto desta data de 1953, a cidade de Moçâmedes alberga o terceiro porto mineirero em Angola, com o início do funcionamento da exploração do ferro em 1967, que, no entanto, estagnar-se-á alguns anos após a independência (Palanque, 1995, p. 186).



Figura 7: Plano Geral de Moçâmedes de 1954

O ano de 1968 marca o último Plano Regulador de Moçâmedes realizado dentro da época colonial, projectado por António Moreira Veloso. Este plano previa uma expansão do núcleo da cidade de Moçâmedes, com a implementação de novas áreas habitacionais e serviços, novas instalações ferroviárias, mas também uma consolidação de núcleos urbanos marginais, nomeadamente Sacomar e Praia Amélia. Posterior a este, surge apenas um Plano Parcelar de Expansão da Zona Sul da cidade em 1970, projectado pelo mesmo arquitecto, que surge no âmbito de responder uma necessidade habitacional na parte sul da cidade, prevista no plano de 1968. Este plano de 1970, regia-se sobre uma distribuição central com um núcleo cultural servido de dois eixos viários primários, destinado a um incentivo de fortalecimento da classe média, algumas bases da cidade-jardim (Hall, 2014, p. 93).



Figura 8: Fotografia de Planta do PP da Zona Sul de 1970

O plano baseia-se numa quebra da rigidez da malha da cidade, e comunica-se com esta através de uma via estruturante da cidade, a 2.^a Circular. O seu traço ainda que orgânico, define duas vias perpendiculares primárias que se cruzam, e abraçam um polo central que recebe todas as atividades além da habitação, onde toda área além desta seria totalmente habitacional com edificado maioritário de 4 pisos.

Pouco se executou do plano, mesmo se pequenos passos foram concretizados ainda dentro da época da conquista de independência nacional. Deu origem apenas a um bairro habitacional de moradias isoladas com uma linguagem urbana distinta do que seria de esperar em Moçâmedes, o fim da sua malha rígida. Um traçado orgânico, com uma linguagem semelhante ao modelo de cidade-jardim, desenha este curto novo momento na cidade (Rodrigues, 2014, p.1).

Com a auto-determinação de Angola fecha-se o ciclo desta terceira urbanização colonial, mas a instabilidade política e o conflito armado continuam, tendo a guerra civil terminado apenas em 2002, sustentando assim uma quebra na continuidade da malha urbana ao longo do tempo, com a quase nula urbanização e construção que se sente neste período, devido à insuficiência geral no território de condições financeiras e de segurança para sustentar uma dinâmica de crescimento urbano.



Figura 9: Vista panorâmica de Moçâmedes nos anos 70

A independência reflecte-se no caso de Moçâmedes em várias dimensões, na sua mudança de nome para Namibe, uma estagnação no seu crescimento urbano, na interrupção das ligações ferroviárias que se faziam sentir entre ambos os portos da cidade com o restante país, nomeadamente o porto comercial com a importação/exportação essencialmente de produtos alimentares, e o porto mineiro associado à exploração do ferro.

Precisamente quando o fim da guerra civil se aproximava em Angola, a cidade do Namibe sofre a maior das cheias correntes pelo rio Bero, a 5 de Abril de 2001, varrendo maioritariamente toda a actividade agrícola praticada pelas fazendas que se situavam perto das suas margens, enquadrando assim um enorme realojamento populacional das pessoas que trabalhavam nas fazendas, para a periferia da cidade.

A primeira década do século XXI é, portanto, altamente dinâmica na expansão da cidade, que conquista território ao ponto de quase duplicar a sua dimensão, trazendo uma mutação enorme na linguagem da cidade em todos os aspectos. No ano de 2016 regressa para o seu nome anterior, ou seja, de Namibe passa novamente a Moçâmedes, sendo atualmente a única capital angolana com o nome associado a uma figura colonial, o Barão de Mossâmedes.

1.2 A cidade - núcleo original e coroas urbanas sucessivas

A cidade claramente evoluiu ao longo do tempo através de diversas circunstâncias informais e diferentes iniciativas de planeamento; analisando-a, podem-se definir várias áreas que quer em morfologia do traçado, quer no edificado, realçam zonas cronologicamente distintas da expansão da cidade, determinando assim para além do núcleo original, várias coroas urbanas sucessivas. O crescimento da cidade foi apoiado por diversos planos urbanísticos ao longo do tempo, e a execução deles, apesar de parcial, implementou características ainda hoje sensíveis na cidade.

1.2.1 A primeira cidade colonial

A chegada em 1849 de Bernardino de Castro consuma os primeiros passos da colónia. É importante citar que desde o período de sua chegada com um total de 160 habitantes, temos um crescimento populacional total de 567 habitantes até 1859; justificase assim a necessidade de desenhar o assentamento, acolhendo este fluxo e prevendo futuras expansões do mesmo (Garcia, 1968, p. 52).

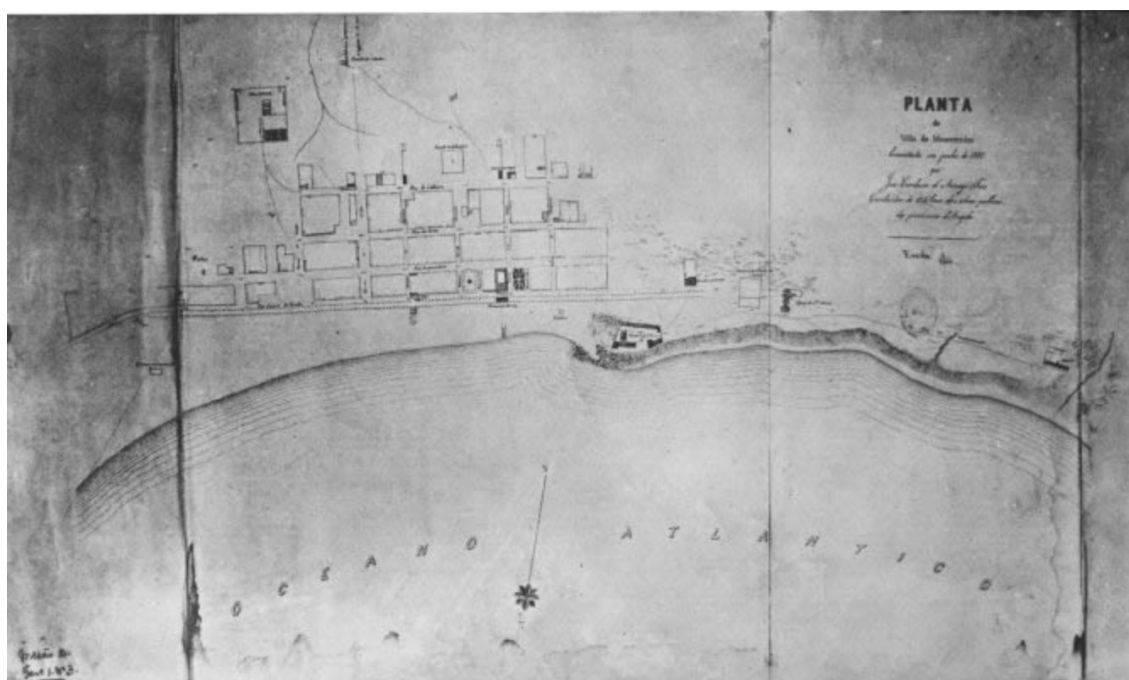


Figura 10: Planta de Moçâmedes de 1880

Assumindo um testemunho cartográfico que se enquadra em 1880, demonstrando o que era a cidade de Moçâmedes na época, podemos avaliar a escala a que antigamente era atribuída o título de cidade, e ver claramente a forte relação com a baía que foi o elemento que impulsionou o início da malha urbana de Moçâmedes, devido às atividades que na altura estariam relacionadas com a prática mais usual no território, que seriam as trocas comerciais com os barcos que passariam pela baía para abastecimento de mercadorias, e dariam continuidade à rota para o Oriente.

Neste momento, temos já executado o primeiro passo de um plano de urbanismo, implementado em Moçâmedes por Fernando Costa Leal, que surgiria dentro do seu mandato como 5.º governador (1854-1859), ele assume um desenho urbano com uma quadrícula rígida, definida por três arruamentos principais paralelamente ao mar, e outros arruamentos na perpendicular, implantado o edificado no perímetro dos quarteirões, com uma avenida perto da marginal da baía, sendo esta a primeira cidade colonial (Rodrigues, 2015, p. 1).

O primeiro arruamento a contar do mar desenha a avenida principal da cidade, anteriormente chamada de Avenida de D. Luís, que perdura até à atualidade sob o nome de Avenida Eduardo Mondlane, e é o elemento primordial regulador da malha original da cidade. Nesta altura, percorrendo a avenida em direção a Ponta de Noronha, temos a Fortaleza, seguida da Igreja de S. Adrião, e o Hospital (Fig. 10).

Até aos anos 50, o crescimento da cidade correspondeu a uma visão pragmática e tradicional de uma malha em quadrícula rígida de vias e quarteirões com uma hierarquia pouco definida, quanto muito salientando a avenida dignificando toda esta frente devido à sua relação com a baía, e uma funcionalidade mista e concentrada no edificado.

1.2.2 A segunda cidade colonial

Em 1950, verificamos um crescimento que vai se alargando pela baía, fortalecendo esta linguagem de cidade costeira. Moçâmedes continua com um desenho definido sob a malha rígida com uma métrica de quarteirões crescente, quanto mais afastados da baía se localizam. Neste momento estaria em desenvolvimento um plano

geral da cidade, através do GUC, com João António Aguiar como técnico responsável, que resultaria no já referido PGM de 1954, que determinaria a segunda cidade colonial.

Segundo os Censos de 1950, neste período temos cerca de 8.576 habitantes urbanos em Moçâmedes. A elaboração do Plano Geral de 1954, e os trabalhos efetuados para a execução do mesmo deram origem a um decréscimo populacional na cidade em direção ao seu término, em 1960 a cidade apresenta 7.963 habitantes urbanos.

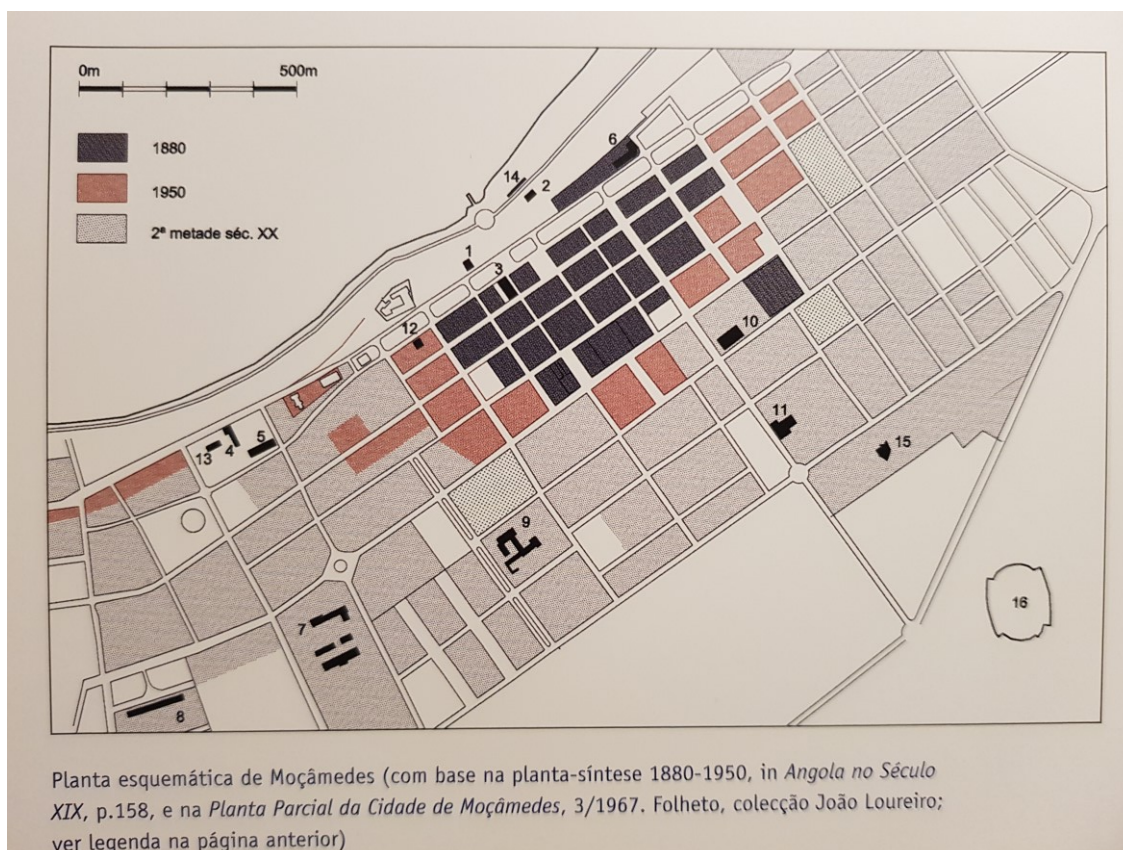


Figura 11: Planta Esquemática Moçâmedes 1880-1950

O PGM de 1954 racionaliza certas atividades, enriquecesse de uma composição formal baseada em eixos viários e espaços públicos com alguma monumentalidade, e levanta várias questões relativas à cidade presente, tenta responder a uma ausência de infraestruturas, nomeadamente esgotos e água; à irregularidade na distribuição funcional do edificado, sendo que a primeira cidade colonial seria integralmente uma zona mista, havia uma necessidade de re-localização da indústria, por razões práticas, e do presídio por motivos de segurança (Aguiar, 1954, p. 17).

Este plano tinha como aspetos principais não apenas a expansão territorial para uma cota superior com o alargamento da cidade pela baía, para Sul, mas previa também necessidades futuras que a cidade poderia enfrentar. O alargamento da malha, com a pouca densidade do edificado e baixa cêrcea, os espaços públicos de recreio para a população, praças e jardins; e a implementação prévia de infraestruturas básicas, nomeadamente esgotos, água e arruamentos, tornavam este plano pioneiro em exigir as mesmas infraestruturas. Realce-se que a rede de saneamento não existia na cidade até esta data, e apenas parte do edificado utilizava fossas sépticas individuais para o efeito (Aguiar, 1954, p. 22). Infelizmente, a execução do PGM de 1954 mostra-se aquém das expectativas, a cidade assume um crescimento em direção ao deserto e não propriamente de ligação com a cota alta.

A cidade com este momento define hierarquias, tanto na sua malha como no edificado, afirma a sua malha rígida tradicional com um alargamento na suas proporções, insere a presença do elemento verde de forma “saudável” de suporte a um modo de vida de classe média, algures entre o suburbano e o de “cidade de pequena escala”; assim, cruza algum tradicionalismo ocidental, o ideal de vida rural “portuguesa” do Estado Novo, e um pouco da Cidade Jardim (Milheiro, 2012a, p. 239).

O Plano Regulador de Moçâmedes de 1968, desenvolvido por António Moreira Veloso, é o segundo plano que se enquadra na segunda cidade colonial, e neste momento a cidade encontra-se dentro de uma dinâmica populacional crescente, que se estende além do núcleo da cidade, mas também para zonas urbanas exteriores à mesma, nomeadamente Praia Amélia e Sacomar, sendo a principal preocupação deste plano responder a um crescimento populacional através de zonamentos para execução futura e prever a circulação entre o centro da cidade, a periferia da cidade e os núcleos urbanos além da mesma. Este zonamento distinguia: áreas habitacionais; áreas verdes; zonas mistas; uma zona industrial; uma zona turística; e uma área posterior de expansão.

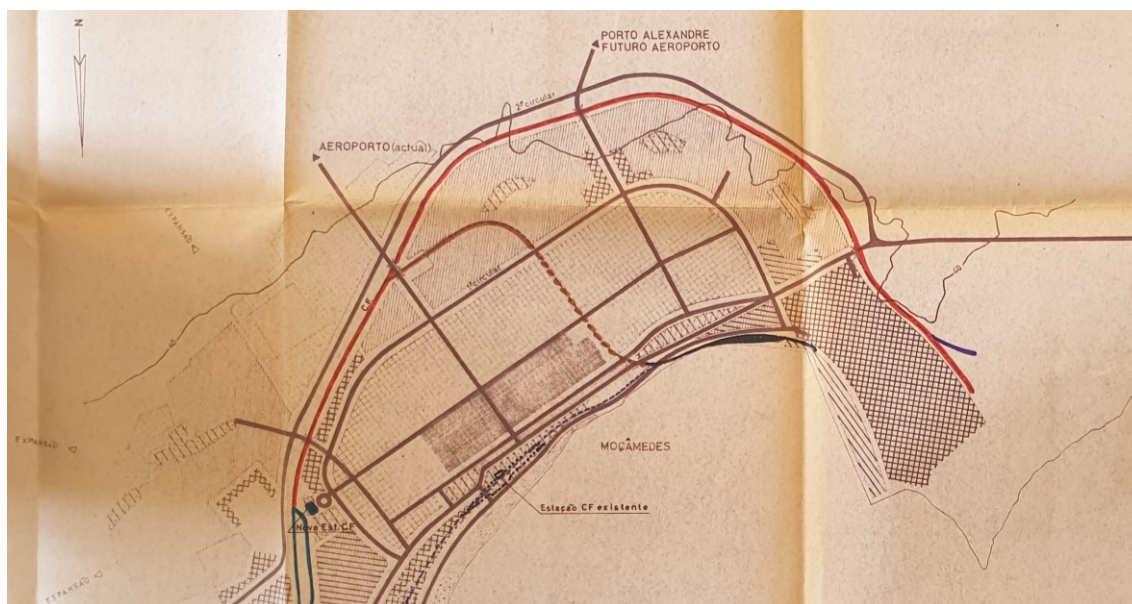


Figura 12: Fotografia Planta do PGM de 1968.

Para além do zonamento, o plano define uma necessidade relativa a serviços e equipamentos, que dessem origem a núcleos cívicos, propondo a instalação de um cinema, de uma igreja paroquial, de um espaço recreativo e outros equipamentos de recreio populacional, ainda que estes não definidos no plano apenas surgem como apontamento para posteriormente serem desenvolvidos, e também cita a implementação de dois núcleos escolares, em que cada um deles albergaria uma escola primária e um jardim de infância; nenhum destes foi executado.

Nesta segunda cidade colonial, não se presencia o prolongamento da malha urbana pela baía como era previsto, mas sim uma complementação geométrica para com a malha, que se afasta perpendicularmente e entra pelo deserto. Na prática, neste momento a malha urbana continua a assemelhar-se a um rectângulo, mostrando a sua subdivisão geométrica, clara e rígida, que perdura desde o primeiro plano de Fernando Costa Leal, ainda que com morfologias crescentes a nível dos quarteirões (Fig.4).

1.2.3 A terceira cidade colonial

A cidade entra no seu momento mais peculiar, quebrando a malha rígida que fora até aí típica, com a execução do Plano Parcelar da Zona Sul de Moçâmedes em 1970, por parte de António Moreira Veloso. Este plano surge enquadrado num zonamento pré-estabelecido no PRM de 1968, e com ele vemos surgir uma terceira cidade colonial, na

distinção morfológica em relação à malha urbana precedente, no surgimento de uma área de traça urbana já inspirada na Carta de Atenas, com a sua distribuição funcional por áreas, com uma rede viária hierarquizada, de traçado orgânico, e independente do edificado, em blocos isolados. Sendo a primeira marca concreta de total liberdade perante a geometria rígida da restante malha, anuncia o fim do planeamento formalista associado ao “Português Suave” e a emergência do Estilo Internacional.¹

O Plano Regulador de Moçâmedes de 1968 já previa uma grande expansão para a cidade, e implementava as duas vias estruturantes mais importantes na cidade até ao momento, as circulares, mas apenas com o PP da Zona Sul de 1970, foi possível consolidar o que fora preconizado.

O PP da Zona Sul de 1970 apenas se dirigia a uma zona restrita dentro dessa área, para responder a uma necessidade habitacional devida ao crescimento populacional que se fez sentir entre 1960 a 1970, com um aumento de mais de 4.000 habitantes na cidade; este plano estaria preparado para criar alojamento para o dobro deste crescimento, 8.000 habitantes.

Distinto ao PRM de 1968 que se inspirava na Carta de Atenas, o PP de 1970, como projeto é sustentado totalmente pela mesma. O zonamento estabelecido na área do plano, a cintura de vias rápidas e uma hierarquização das próprias vias, a previsão de edificado como blocos isolados com uma cêrcea alta desapegados das vias com grandes espaços abertos entre os edifícios, e a centralização de equipamentos, são características muito próprias da Carta de Atenas, que se definem no PP de 1970.

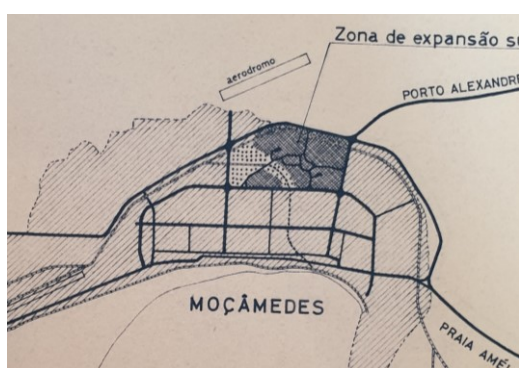


Figura 13: Planta PGM 1968 - Zonamento



Figura 14: Planta PP Zona Sul 1970 - Centro Cultural

¹Na literatura é citada como cidade-jardim, ainda que na realidade possui uma estrutura baseada na Carta de Atena e não enquadra a cidade-jardim.

Neste plano o foco seria a implementação habitacional, dentro de várias escalas, ou seja, blocos em altura e moradias, sem esquecer a implementação de escolas e áreas de recreio da população que habitaria esta área, dito isto, a ausência de comércio na área planeada é justificada pela sua proximidade com o núcleo original da cidade na qual já possuiria o edificado necessário para esta função (Veloso, 1970, p. 12).

O resultado deste plano não se fez sentir na sua totalidade, longe disso, apenas parte de uma área habitacional de habitação isolada (moradias) foi construída, e como se pode constatar (Fig.14) esta área habitacional apoiava-se entre as duas vias estruturantes previamente citadas, a 1.^a e 2.^a circulares, que facilitavam a circulação entre ela e os núcleos urbanos periféricos à cidade, nomeadamente Sacomar e Praia Amélia, tornando este mesmo plano a raiz de expansões posteriores.

1.2.4 A cidade pós-colonial

O ano de 2003 é o primeiro ano de análise após a guerra civil, e enquadra-se dois anos após as maiores cheias que a cidade testemunhou, a 5 de Abril de 2001, como já vimos. As cheias tornaram-se semente de uma grande mutação na malha urbana da cidade, e deram origem à evolução de uma vasta extensão urbana a Este, assinalando o maior movimento urbano que se desagrega da baía, ou seja da cidade costeira, fazendo parte de uma periferia para além do aglomerado colonial (pré-1975), implementada pela Administração Provincial do Namibe, com um plano que tentava ordenar a nova extensão da malha urbana com uma solução rígida, de suporte conceptual similar à cidade colonial, mas que se descontrola devido à grande necessidade demográfica que a cidade encontra neste momento.

O aumento populacional após as cheias deu início à necessidade acrescida de implementar novos passos no urbanismo de Moçâmedes, e as construções surgem de forma expedita sem uma implantação regrada dentro de cada lote, dando origem a uma linguagem oscilante no edificado, que para além da sua inserção irregular, era construído em materiais locais, de forma rápida e humilde. Acrescente-se que a rápida expansão do

loteamento urbano tornou inexistente a implementação de infra-estruturas básicas que planos anteriores exigiam.



Figura 15: Vista parcial da Carta Planimétrica da cidade do Namibe

É importante citar que desde 1970 até 2014 não houve recenseamentos, tornando impossível um levantamento da populacional urbana nesta época. O plano municipal urbano imposto após as cheias, para uma parte deste território urbanizado, é “multiplicativo” ou seja, foi determinada uma certa zona e as áreas vizinhas foram replicando a mesma linguagem de modo a responder à necessidade de integração de nova população, criando irregularidades individuais em cada lote, em cada quarteirão, alterando a malha como um todo.

Habitantes na cidade de Moçâmedes (censos)			
1a cidade colonial	2a cidade colonial	3a cidade colonial	cidade pós-colonial
567 (1865)	7 963 (1960)	12 076 (1970)	282 056 (2014)

Tabela 1: Censos Moçâmedes

Apesar de se apoiar dentro de uma malha ortogonal, o dimensionamento dos quarteirões retrai-se drasticamente e torna-os esguios, como que se o típico quarteirão colonial fosse fatiado para abraçar uma nova cultura populacional e urbana; por outro lado, enquanto que os quarteirões coloniais mostram uma preferência de alargar-se ao longo da baía, neste momento são espontaneamente perpendiculares à costa refletindo o movimento do crescimento para o interior. Concretiza-se assim um descontrolo urbano

na periferia da cidade, num alargamento desprovido de qualquer plano, mas que acaba por se estagnar em 2008.

A partir do ano de 2013, temos o maior impulso de extensão da malha da cidade no período pós-colonial, e pela primeira vez, a desagregação de elementos da mesma, massas urbanas descontínuas para com a restante cidade, alguns destes conjuntos foram projetados para serem autónomos em relação à restante malha, surgem com uma linguagem única, com uma excentricidade própria em cada uma destas, e sem esquecer uma consolidação na periferia descontrolada a nível da sua forma. Com a grande dinâmica urbana crescente que a cidade possuiu, seguir-se-á um novo momento de estabilidade, que se verifica depois de 2018.

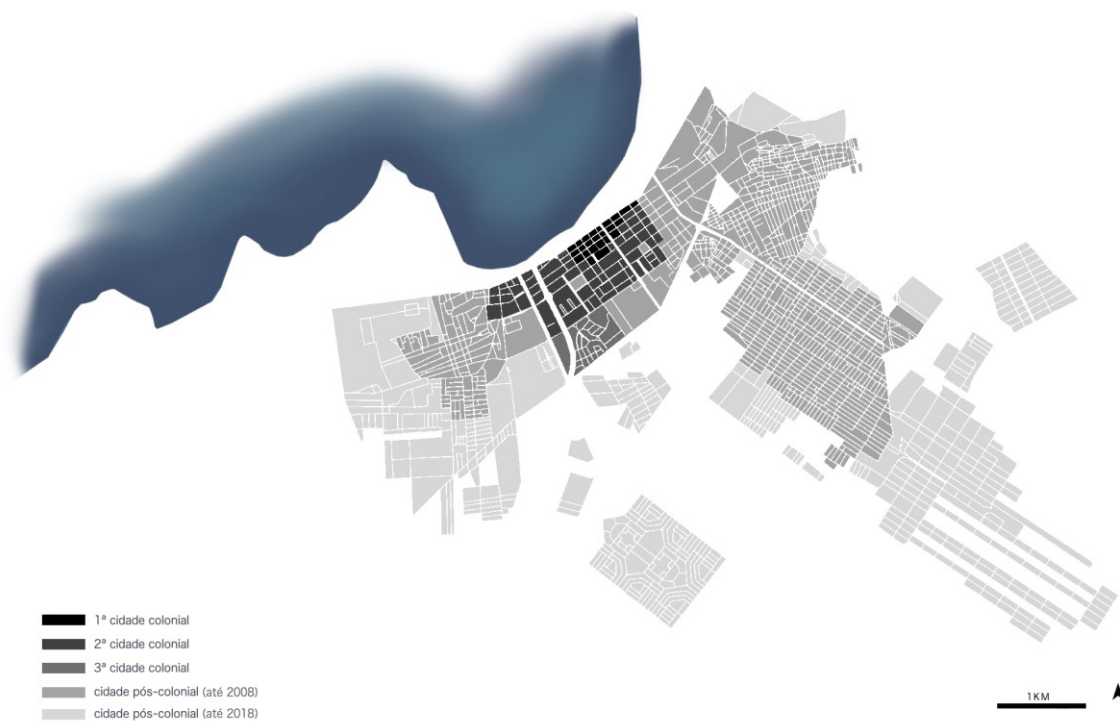


Figura 16: Planta ilustrativa Moçâmedes - Cidades Coloniais

Cap. II. O conjunto significativo

Apesar da evolução da malha da cidade até aos amplos limites que possui atualmente, como vimos acima, é fácil detetar uma área central na mesma funcionando como um todo quase autónomo, sustentado pela sua importância em termos funcionais, pela sua consolidação urbana e mesmo pela maneira como representa o carisma de Moçâmedes como cidade costeira. Algumas vias delimitam o conjunto significativo, como a Estrada Nacional sentido Lubango – Praia Amélia e a 2ª Circular, que em conjunto com vias estruturantes perpendiculares a estas definem o conjunto.



Figura 17: Vista aérea Moçâmedes 2018 - Limites Núcleo Significante

Este *núcleo significativo* de Moçâmedes tem a capacidade de abranger maioritariamente a história arquitectónica da cidade em segmentos temporais desde a sua primórdia concepção, sendo possível fazer uma “regressão histórica” conforme nos vamos aproximando da primeira cidade colonial e do mar.

A consolidação deste núcleo só se obteve muito recentemente nos finais do século XX e inícios do século XXI com o período pós-independência, com a inserção urbana de linguagens distintas face a uma linguagem colonial. Através dos momentos temporais previamente citados, podemos situar os mesmos no núcleo significativo da cidade, analisando distinções e parecenças urbanas entre eles, integrando-os em conjuntos urbanos semelhantes, identificando as várias “cidades” dentro do núcleo significativo.

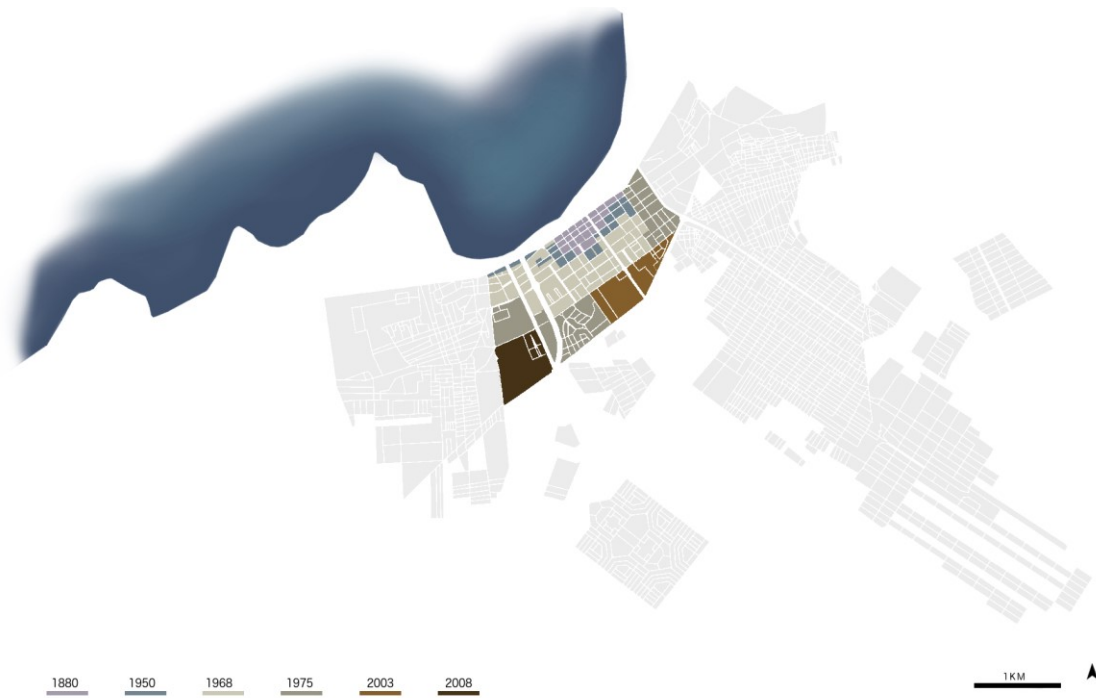


Figura 18: Planta ilustrativa Moçâmedes - períodos no Núcleo Significante

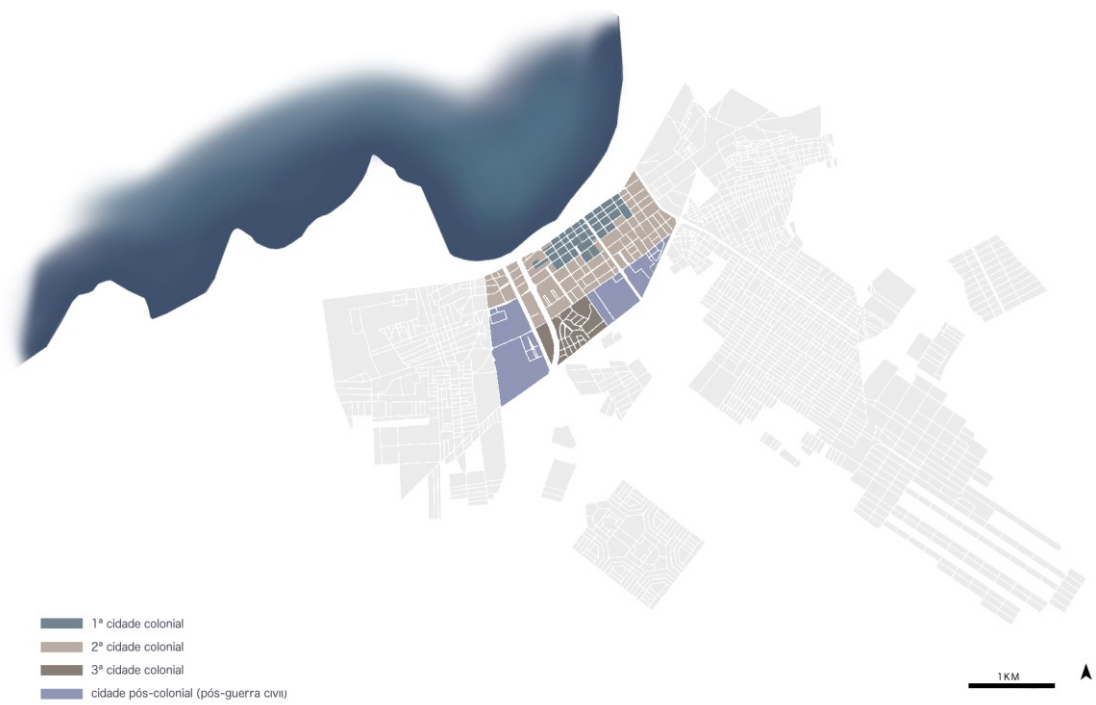


Figura 19: Planta ilustrativa Moçâmedes - Núcleo Significante e as Cidades Coloniais

A malha da cidade de Moçâmedes é sustentada por vários modelos característicos, que abraçam alterações momentâneas dentro da própria malha urbana, representando cada uma delas características próprias da metamorfose da mesma. Conforme Coelho (2014, p. 26), estes processos de alteração da malha são: de adição, sobreposição e/ou evolução sedimentar dentro da malha de uma cidade, sendo esta última a mais comum:

a-) Os momentos de adição apresentam-se dentro de três tipologias. A adição por extensão, proclama a continuidade de uma linguagem pré-existente sem nenhuma alteração em termos de morfologia, a inalterado da forma pré-existente em relação com a nova implementada; A adição elementar existe com a inserção de elementos de forma individual durante o tempo, com uma linguagem singular e própria em cada um; A adição por justaposição é a continuidade da malha pré-existente alterando proporções, a nova fase evolutiva é restringida pela morfologia pré-existente da malha mas não pela sua dimensão;

b-) A sobreposição é a ação mais agressiva e rara dentro de todos os processos, pois é a mais impactante, a mesma abraça uma alteração de um conjunto de elementos, a inserção de uma nova linguagem, ou de uma reinterpretação da malha da cidade, com a alteração hierárquica de elementos existentes através da inserção de elementos pontuais na malha como um todo, como por exemplo o PP da Zona Sul de 1970;

c-) A evolução sedimentar é o movimento que regulariza ou deforma a malha, mas de forma parcelar, uma ação relacionada com a parcela privada ou pública que lentamente age sobre a malha da cidade, como por exemplo pontual ocupação espontânea de áreas vazias no núcleo significante no período pós-independência.

2.1 Traçados

A composição de uma cidade pode sustentar a base da sua existência, ela define e regula a mesma, tornando-a única perante qualquer outra. Cruzando as várias cidades dentro do núcleo significante é de caracterizar a malha como um todo, debruçando a realidade actual da mesma não esquecendo o que se esperaria dos planos anteriormente citados.

2.1.1 Primeira Cidade Colonial

Paralela ao mar, a primeira cidade surge como o núcleo dentro do núcleo significativo. Topograficamente encontra-se na cota mais baixa relativa às restantes cidades, dito isto, realça-se a salvaguarda perante os ventos anteriormente citados vindos de Sudoeste, ainda que esta posição física mais depressiva na baía não coloque em causa a incidência da luz solar na primeira cidade colonial, a largura das vias proporciona um ensombramento desta em certos momentos do dia, nomeadamente no nascer e pôr-do-sol.

Quatro filas de quarteirões marcam a primeira cidade colonial dentro do núcleo significativo, crescentes na sua profundidade e variáveis no seu comprimento. A avenida principal da cidade assume um papel regulador, como primeira fila de quarteirões de relação com a baía e originário das restantes.

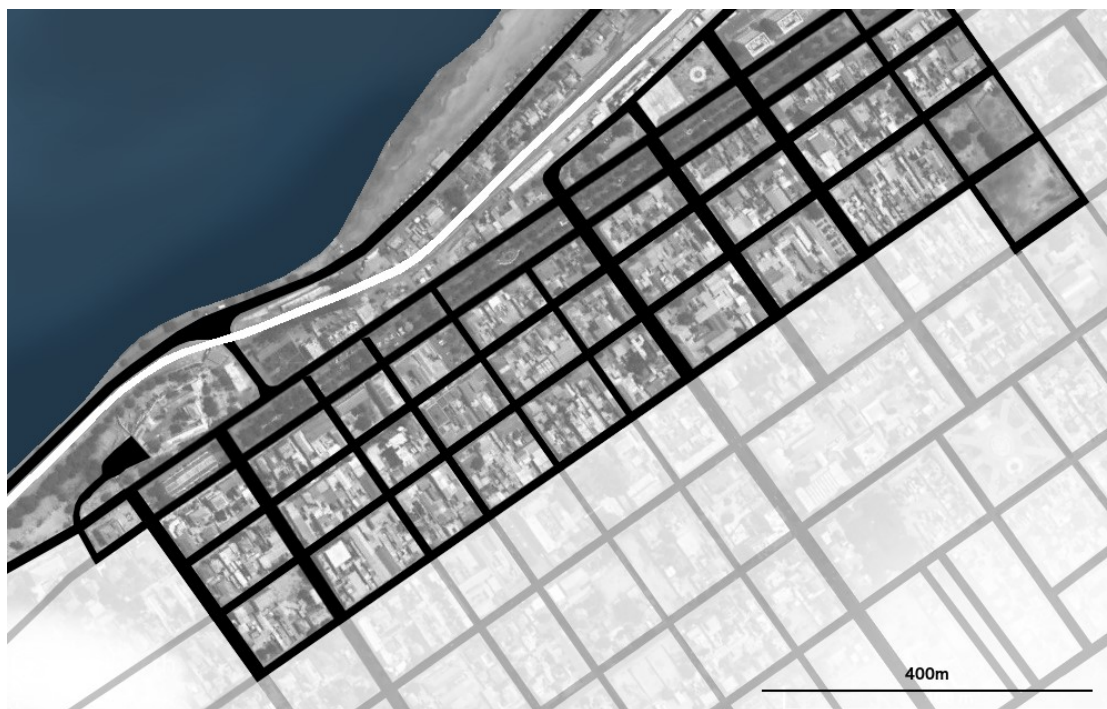


Figura 20: Vista aérea parcial ilustrativa - 1ª cidade colonial

A partir do desenho esguio da avenida, temos um aumento na profundidade de cada fila de quarteirões, o comprimento de cada uma assume-se de forma irregular, em alguns momentos crescentes, mas nos restantes aparentemente ao acaso, mas assumindo

um eixo central perpendicular à avenida, à exclusão das duas últimas colunas de quarteirões a Nordeste possuímos uma simetria de quarteirões.



Figura 22: 1ª cidade colonial - malha

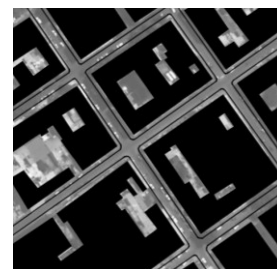


Figura 21: 1ª cidade colonial - quarteirões

Com a irregularidade dimensional dos quarteirões não existe a possibilidade de assumir dimensões tipo, mas apresentam um dimensionamento que varia entre setenta a cem metros de largura e cinquenta a setenta metros de profundidade. Este dimensionamento geral aplicado à malha urbana permite um fluxo de circulação eficiente principalmente sendo a área central da cidade, altamente denso em massa e com grande funcionalidade dirigida para com o comércio.

2.1.2 Segunda Cidade Colonial

Começando a abraçar a baía, a segunda cidade realiza-se em continuidade com a anterior, embora assumindo uma cota mais alta, maior espaço entre quarteirões, e sendo estes menos densos e descontínuos, esta primeira coroa esteja mais sujeita às ações do vento, e com uma penetração solar maior em comparação à primeira cidade.

Assim, a segunda cidade colonial assume-se como uma adição da anterior, uma linguagem extensiva urbana planimetricamente semelhante, mas com dimensões distintas, o aproveitamento de eixos definidores da malha, um comportamento geométrico idêntico à anterior cidade colonial ainda que crescente nas dimensões dos seus quarteirões.

A estruturação urbana bem sucedida de uma cidade é um produto das distâncias que as pessoas têm que percorrer para aceder a instalações que albergam atividades e

necessidades diárias, e esta cidade desenvolve um novo padrão de deslocação automóvel dirigido à população a que se enquadra.

A maior dimensão dos quarteirões alberga uma dinâmica na cidade relacionada a maiores trajetos, a malha expande-se e os seus quarteirões acompanham-na, e na sua generalidade os que possuem dimensões superiores aos restantes estão sempre ligados a equipamentos ou serviços de grande superfície, nomeadamente escolas, jardins e praças públicas, mostrando a essência da segunda cidade como interpretativa das necessidades dos habitantes nos seus vários níveis urbanos através de um desenho mais amplo ainda que rígido na sua essência.

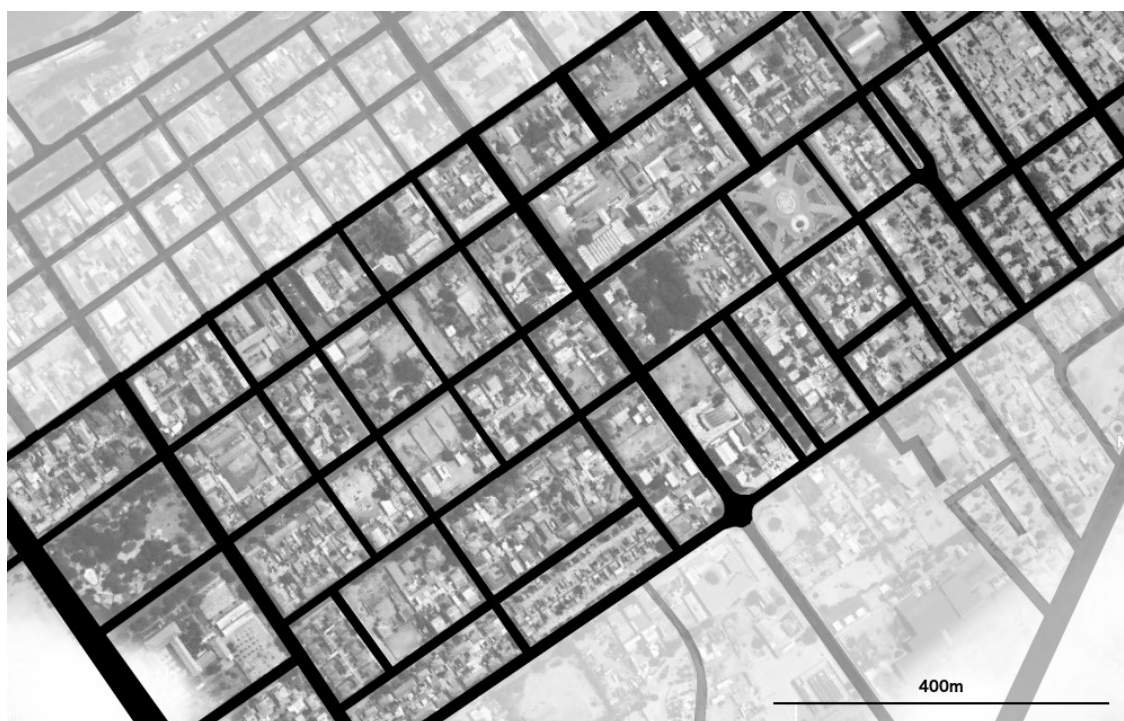


Figura 23: Vista aérea parcial ilustrativa - 2ª cidade colonial

Os quarteirões possuem dimensões variadas, como citado anteriormente na sua maioria os quarteirões de maior dimensão estão associados a serviços ou equipamentos, neste caso os quarteirões compreendem-se entre duzentos metros de largura e cento e quarenta de profundidade. Nos restantes apresentam-se variações mais quadrangulares ou rectangulares, sendo os primeiros compreendidos sessenta a duzentos e oitenta metros de largura, e setenta a cento e oitenta metros de profundidade.

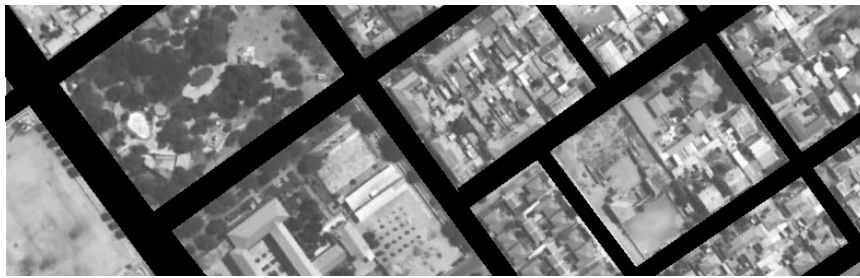


Figura 25: 2ª cidade colonial - malha

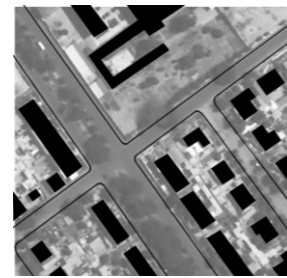


Figura 24: 2ª cidade colonial - quarteirões

2.1.3 Terceira Cidade Colonial

Quase que como uma área de vizinhança local, o sector que ilustra esta cidade é produto de um desenho orgânico de várias distâncias, regidas por uma hierarquia própria que lhe confere alguma ordenação por entre suas curvas, estas exploram a incidência solar para com o seu edificado e o próprio fluxo dos ventos alísios. As cidades ortogonais claramente possuem uma maior facilidade em transmitir a sua hierarquização, mas as linhas curvas de uma malha não implicam a falta de uma hierarquia, toda a criação urbana necessita de uma ordem que responda a necessidades presentes e tenha a capacidade de se alterar para necessidades futuras. (Leote, 2015, p. 16)



Figura 26: : Vista aérea parcial ilustrativa - 3ª cidade colonial

No caso da terceira cidade, a sua proximidade com ambas as circulares, sendo estas de maior importância em circulação na cidade, dão lugar a uma via orgânica central que a divide em duas partes, ramificando-se em vias de menor importância a partir desta.

A terceira cidade colonial, excêntrica perante as anteriores, assume-se com o seu desenho orgânico, e as suas curvas marcam um momento exclusivo no desenho geométrico rígido da cidade de Moçâmedes, a exceção em relação à restante malha. Ela define-se como um momento urbano de adição por justaposição, possui linguagem própria face às restantes, e comunica-se de forma perpendicular à segunda cidade colonial, não dando continuidade à malha pré-existente.

Nota-se um desfasamento do que seria a linguagem típica orgânica para esta área em relação ao proposto PP da Zona Sul de 1970, uma alteração do desenho original dando lugar a uma linguagem formal urbana um pouco diversa do “Plano Carta de Atenas” que seria de esperar nesta área (Fig.8). Permanece no entanto com um ambiente de subúrbio e de cidade-jardim, ainda que o núcleo de equipamentos tenha sido substituído por moradias unifamiliares e o espaço verde desfragmentou-se nos lotes das mesmas.



Figura 27: Vista aérea parcial - 3ª cidade colonial

A hierarquia de vias foi esbatida, embora curvilíneas as mesmas formam uma teia ligadas às vias no contorno. As ramificações das vias estruturantes dentro deste núcleo

criam quarteirões celulares obtendo uma maior rigidez na ligação para com a segunda circular, tornando-se claramente rígidos na última fila dos mesmos.

Na terceira cidade, os quarteirões funcionam como células irregulares, logo não existe uma dimensão própria aplicada de forma geral ou maioritária, já que os mesmos apresentam dimensões muito próprias, estipulando a sua hierarquização através das vias. Ainda assim, pode-se dizer que, distorcendo a forma, parte destes quarteirões celulares permanecem conjuntos longos e estreitos, com duas fileiras de edificado, semelhantes nisso a muitos da segunda cidade colonial.



Figura 29: 3ª cidade colonial - malha

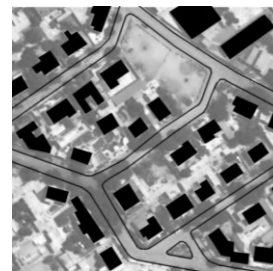


Figura 28: 3ª cidade colonial - quarteirões

2.1.4 Cidade Pós-Colonial

A cidade pós-colonial integrada no núcleo significativo definido surge como uma consolidação desse núcleo; medianamente perpendicular à baía e medianamente paralela, a última cidade, mais exteriorizada dentro do conjunto em relação às restantes, torna-se mais susceptível aos ventos e própria incidência solar. A cota alta e maior proximidade com o deserto tornam esta mesma cidade distinta na sua ambiência térmica em relação às restantes, assim como a menor concretização na implantação de espaços verdes e de alguma pavimentação.

A continuidade que existe da cidade pós-colonial com a restante malha, enquadra-se dentro de um carácter de adição por justaposição que consolida o núcleo significativo – incorpora uma linguagem urbana distinta, a sua essência irregular e inacabada a diferencia do restante núcleo significativo, mas torna de certo modo este momento subtil já que remata o núcleo significativo, possui uma ausência na finalização física do seu desenho urbano, apesar de inacabada possui um traçado reconhecível como distinto em relação às cidades anteriores.

Com a cidade pós-colonial comprova-se os primeiros passos da sedimentação, que se define com maior presença além do núcleo significativo, desagregando partes da cidade como um todo.



Figura 30: Vista aérea parcial ilustrativa - cidade pós-colonial (a)

Por outro lado na cidade pós-colonial, temos a agregação de um momento ortogonal com um limite definido e uma ramificação interior explícita e simples, sem qualquer impacto e relação com a malha restante do núcleo significativo, sustenta-se como um prolongamento e não uma continuidade da malha.

A ausência de uma linguagem similar de quarteirão em comparação às primeiras duas cidades dentro do núcleo significativo, marcam parte deste momento. Surge como um remate e ramificações da segunda cidade, inexistente de qualquer hierarquia, uma tentativa de continuidade com finais espontâneos. Respostas estas marcadas por linhas rígidas, ou mudanças de orientação com movimentos orgânicos desprovidos de qualquer razão, ações individualistas e desagregadas da restante malha.



Figura 31: Vista aérea parcial ilustrativa - cidade pós-colonial (b)

A inexistência de um traço urbano semelhante por toda a cidade pós-colonial dificulta um dimensionamento médio dos quarteirões, mas afirma-se um traçado dos mesmos de forma mais regular e semelhante na área perpendicular à baía que se enquadra na terceira cidade colonial, e nesta os quarteirões definem-se num dimensionamento entre 70 metros de largura e 100 ou 140 metros de comprimento variável.



Figura 32: cidade pós-colonial - malha

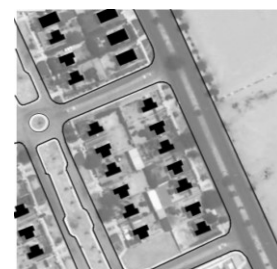


Figura 33: cidade pós-colonial - quarteirões

O edificado é normalmente produto duma relação com a existência das vias. As suas distâncias, dimensões e desenho particularizam as cidades, e definem uma essência muito própria. A sintetização entre quarteirões, vias e edificado, definem os traçados do

núcleo significativo de Moçâmedes. Dito isto, seria indispensável compreender a existência das vias no mesmo núcleo.

2.2.1 Sistema de vias

O núcleo urbano significativo possui um sistema de vias totalmente público com uma presença rodoviária e pedonal absoluta, ambas convivendo de forma mista perante todas as vias desta área, divergindo apenas em vias de direção única ou múltipla, claramente aplicada apenas ao sistema rodoviário. No núcleo significativo não existem exemplos de vias de uso exclusivo rodoviário, ainda que algumas destas se debrucem perante uma importância maior ao sistema rodoviário que propriamente pedonal, ainda assim ambos se interligam e se comunicam por todo o núcleo significativo. Apesar desta constância, na prática um exemplo pedonal se destaca como atravessamento de quarteirões, que surge sem um desenho funcional direcionado, ou seja, uma via apropriada pela população para o efeito.

2.2.2 Hierarquia de vias

A hierarquia das vias salienta ligações a várias escalas, tanto entre a cidade com núcleos urbanos de proximidade como dentro da própria cidade, para isto, elas apresentam-se sob desenhos e utilidades distintas, na qual o seu grau de importância não é apenas atribuído pela sua estrutura física, mas pela sua utilização diária.

As vias primárias ligam núcleos urbanos exteriores, elas apresentam-se paralelas à baía limitando o núcleo significativo, e perpendiculares seccionando o mesmo em três partes, sendo estas as de maior extensão perante as seguintes vias. Em conjunto, as vias de primeiro grau limitam o núcleo significativo.

As vias secundárias são de importância à cidade como um todo, incluindo assim claramente o núcleo significativo. Estas seccionam o núcleo quase sempre na direção paralela à baía com exceção da antiga Rua 4 de Agosto, permitindo uma ligação forte neste sentido para com as suas vias primárias de extremidade.

As vias terciárias existem entre as duas anteriormente citadas, geralmente as comunicam e destacam-se por serem as últimas que se posicionam numa importância geral ao núcleo significativo. Elas abraçam um fluxo viário importante no núcleo, e definem-se não apenas pela estrutura e desenho das mesmas, mas sim pela sua importância para com a circulação diária, elas posicionam-se na sua maioria em áreas de maior concentração de comércio e serviços.

As vias de quarto grau são estruturantes a uma escala entre bairros, como se regessem a estruturação viária entre dois núcleos urbanos específicos, e possuem um fluxo importante mas dentro de uma escala muito própria, já que estabelecem a ligação entre dois bairros.

As restantes vias, as de quinto grau, articulam a rede de vias a uma escala mais local de proximidade, estas relacionam-se com as tipologias de vias anteriormente citadas de forma coerente e semelhante, mas sempre a uma escala de proximidade que abraça e interliga alguns quarteirões quase que como apenas existem na vertente de acesso residencial devido à pouca densidade de circulação que abrangem, apresentam-se com a menor distância em relação às restantes vias.

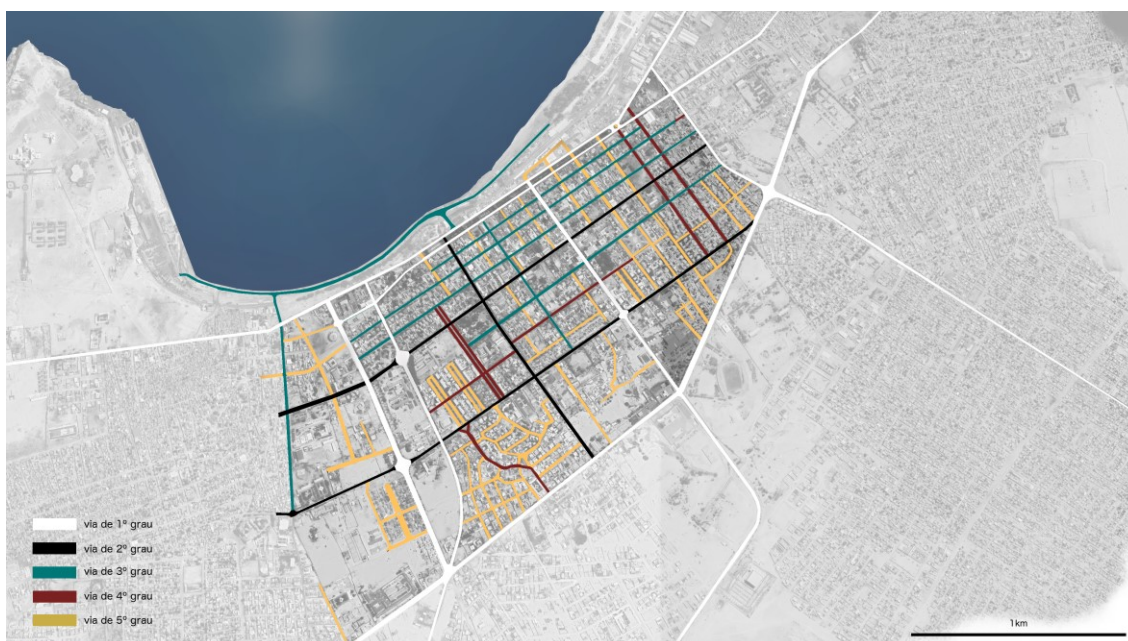


Figura 34: Hierarquia de Vias - Núcleo Significante

Semelhante ao sistema aplicado em Chandigarh por Corbusier, que hierarquizava o sistema viário em sete graus, a hierarquia que aqui se apresenta, apesar de apenas possuir cinco, segue a sua lógica: no primeiro grau as vias ligam a cidade a núcleos urbanos externos a esta, enquanto que as de segundo grau são artérias importantes ao núcleo como um todo; as de terceiro grau abraçam uma importância viária maior face às seguintes; as de quarto grau divergem relativamente à hierarquização de Corbusier já que o mesmo citava que era vias que albergavam comércio e neste caso interligam “bairros”; já as de quinto grau igualmente servem a vizinhança, pequenas áreas urbanas ou “bairros” (Boesigner, 2013, p.100).

2.2.4 Perfil das vias

A hierarquia das vias estabelece o papel das mesmas dentro de um grau de importância, a sua caracterização não advém a partir da sua extensão, mas sim pelo papel que assume para a cidade e/ou dentro do núcleo significativo, as mesmas estabelecem relações e apresentam um desenho próprio, ainda que um mesmo desenho possa cruzar diferentes graus de vias.

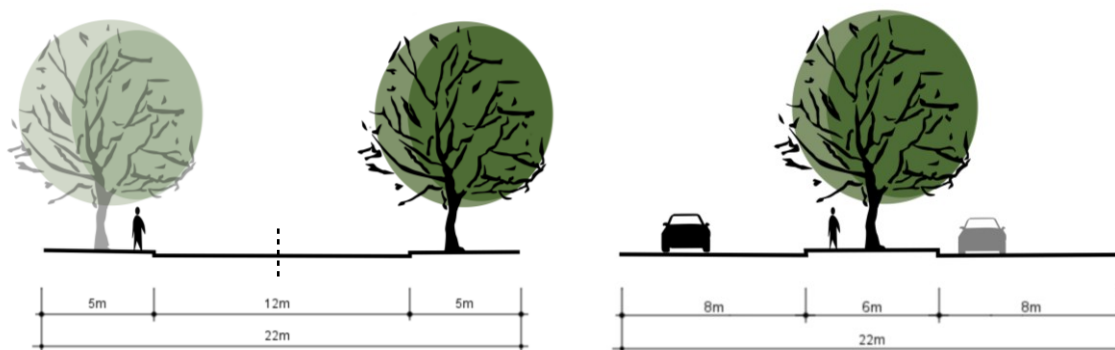


Figura 35: Perfil de vias ilustrativo - 22m

As vias de ligação primária, bidireccionais, possuem uma dimensão média de vinte e dois metros de largura, ausentes de quaisquer separadores, associados sempre também a uma circulação pedonal, ainda que desprovida pontualmente ou de forma contínua de passeios, na existência destes regem-se por uma largura variável entre dois a cinco metros. Os mesmos são desenhados normalmente com uma guia em granito, colmatando o pavimento do passeio com pedra laje (proveniente do Rio Bero) com juntas de cimento. É importante citar que tanto as vias de primeiro, segundo e terceiro grau que

se situam na primeira cidade colonial estão atualmente a sofrer alterações a nível dos seus passeios, e que é normal encontrar nesta área passeios que em vez de pedra laje possuam um cobrimento em cimento.

As vias de carácter secundário, são bidirecionais, possuem duas faixas de rodagem de uso automóvel com uma largura média de dezasseis metros, com apoio pedonal nas laterais, de forma maioritária o passeio é compreendido em dois metros de largura com a presença de uma árvore em cada lado, ainda que provável a existência de partes com a ausência deste elemento verde. Materializado, o passeio compreende dez centímetros de altura perante a via automóvel, delimitada por uma guia de granito com cobrimento do passeio com pedra laje.

As vias de terceiro grau, também bidirecionais, ramificam a malha de vias previamente citadas, estabelecendo a circulação local de forma mais robusta a uma escala longitudinal menor em relação a estas, afirmam a sua importância a nível do núcleo significante. Semelhantes às de segundo grau, elas possuem uma largura média de dezasseis metros, ou seja, a mesma largura que a anterior mas com uma importância menor, e uma presença de ambos os lados de passeios de dois metros de largura, possuindo ou não a presença de árvores em ambos os lados.

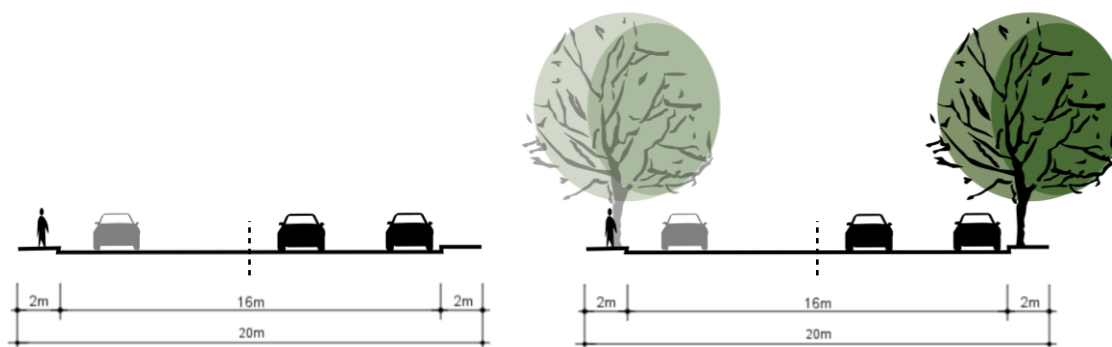


Figura 36: Perfil de vias ilustrativo - 20m

Semelhantes às de terceiro grau, as vias de quarto grau materializam-se da mesma forma, ainda que a uma extensão menor, funcionam dentro de uma escala de própria ainda que estruturalmente possuam a mesma linguagem que o grau anterior.

Em quinto grau, as vias apresentam-se unidirecionais no sentido do seu tráfego automóvel, e destacam-se pelo seu curto comprimento, facilitam o fluxo de circulação

principalmente em áreas mais densas no núcleo significante. Caracterizam-se com uma largura total aproximada de dez metros, havendo a apropriação de um dos lados da via automóvel para estacionamento, característica que acontece em todas as vias anteriormente citadas, sem esquecer a circulação pedonal com passeios de dois metros de largura, e pontualmente a presença de árvores.

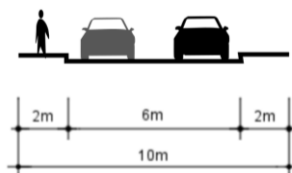


Figura 37: Perfil de via ilustrativo - 10m

2.3 Edificado

A presença do edificado, dá corpo às cidades, e no caso de Moçâmedes apresenta uma variação da volumetria e densidade dentro das várias cidades coloniais.



Figura 38: O edificado no Núcleo Significante

O levantamento e caracterização do edificado complementa o âmbito da variação do núcleo significante como um todo, a densidade com que ele se apresenta, a relação que mantém tanto com as vias, como com os quarteirões é decisivamente importante para colmatar a essência urbanística do núcleo significante.

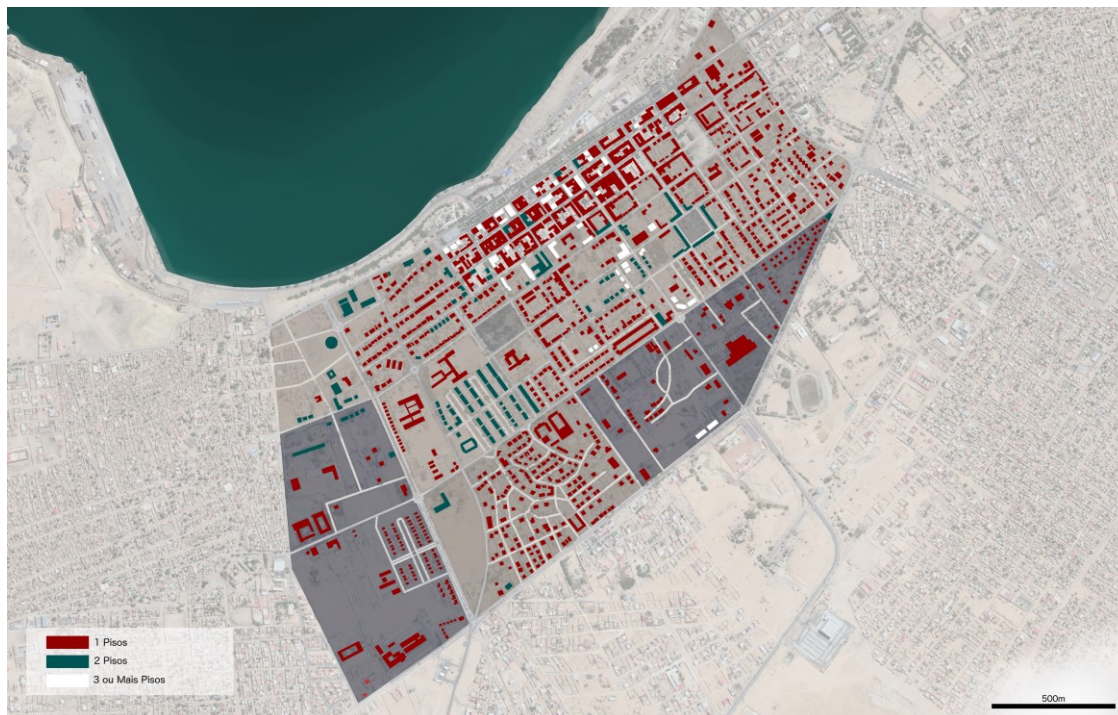


Figura 39: Altimetria do edificado

O edificado dentro do núcleo significante é majoritariamente de apenas um piso, sendo de pouco impacto numérico os que possuem uma altimetria superior a quatro metros tendo em conta a quantidade de exemplares de piso único. Os que apresentam uma altimetria superior variam entre dois a oito pisos, na qual a maior concentração deste edificado contem-se dentro da 1.ª Circular.

O edificado apresenta-se sempre em relação com a via de forma absoluta, sendo paralelo independentemente da escala dimensional a que se associa, ainda que exista uma quebra na ortogonalidade na terceira cidade, o edificado permanece paralelo às vias apesar de uma orientação distinta.

O edificado acompanha a malha viária de uma cidade e muitas vezes a desenha, além disso, as opções pelo tipo de edificado, especialmente os equipamentos – a sua dimensão, localização e carácter – qualificam o tecido e dão sentido aos traçados, a sua

presença é mais que valiosa, e o seu levantamento seria indispensável para entender de que forma o edificado se apresenta dentro do núcleo da cidade de Moçâmedes, sem esquecer a própria função determinada singularmente no edificado. Na qual esta classificação primeiramente é simplificada em três categorias, habitação, comércio e serviços.

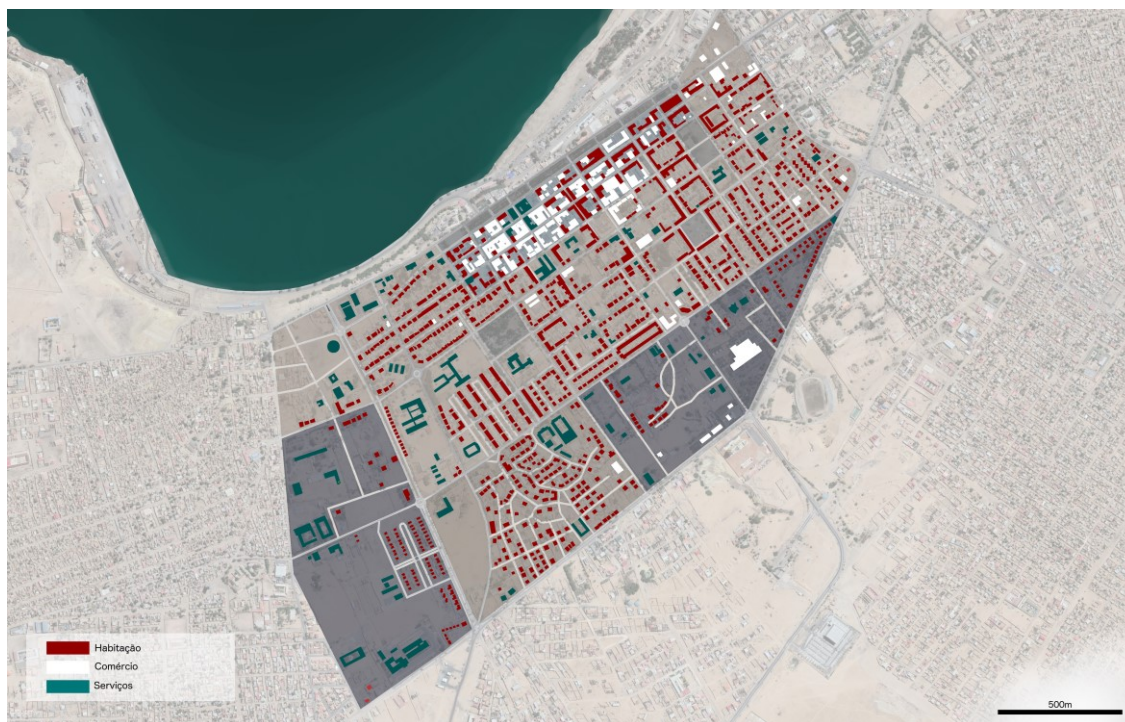


Figura 40: Função do edificado

O levantamento funcional total do edificado mostra-nos uma densidade maior do comércio na primeira cidade, mas esta superioridade e distinção total entre a habitação e o comércio é de difícil determinação, pois é partilhada pelo mesmo edificado na maioria dos casos. Esta concentração dispersa-se conforme nos afastamos da primeira cidade até à cidade pós-colonial.

A implantação de equipamentos é agregada na sua maioria a vias de primeiro grau, e as restantes a núcleos habitacionais espalhando-se por todo o núcleo, enquanto que os serviços se apresentam centrais na primeira cidade e abraçam um intuito de gestão local, órgãos administrativos e recreio.

É de salientar a distorção da leitura perante estes equipamentos já que a não determinação temporal do edificado e sua função possa salientar uma implantação dos mesmos durante a evolução das subsequentes cidades. Citando alguns destes serviços na

primeira cidade colonial: Notariado Municipal; Direção Geral das Pescas; CTT; Capitania Marítima, sendo estes da mesma linha temporal que a primeira cidade; O Cine Namibe e o Quartel Central dos Bombeiros que se enquadram numa fase temporal posterior.



Figura 41: Cine Namibe



Figura 42: Direção das Pescas

Este núcleo original caracteriza-se pela sua estrutura urbana mista quanto ao edificado, a sua densificação contribui para a ausência de uma linguagem de separação funcional para com o mesmo (habitação, comércio e serviços), estando as várias funções agregadas a um livre arbítrio, e não propriamente a um desenho e pensamento urbano que estruturasse esta separação funcional. A ausência deste desenho funcional existe posteriormente, abrindo e reservando espaços na primeira cidade para certas funções relevantes, nomeadamente públicas.

Passando à segunda cidade colonial, com uma presença habitacional numérica claramente superior, o comércio é pontual, e os serviços apresentam-se mais numerosos face a todos os momentos. Estes estão sempre associados a uma implantação mais folgada, um lote superior e mais aberto. Ligando-os, os serviços parecem criar uma periferia em volta de núcleos habitacionais, na segunda cidade colonial, os serviços apresentam-se maioritariamente sobre o propósito de administração pública, recreio, saúde educação e segurança.

Podemos encontrar na segunda cidade colonial serviços que já estariam implantados na altura do desenvolvimento desta segunda cidade, como por exemplo: o Governo Provincial do Namibe; Palácio do Namibe; Tribunal de Justiça Provincial; Hospital Central Angola Kimbanda; Cinema; Colégio das Madres; Estádio do Benfica de Moçâmedes; Serviços de Migração e Estrangeiros; Estádio do Sporting de Moçâmedes; Polo Universitário; entre outros; e também serviços posteriormente colocados como é o

caso do Instituto Nacional de Estatística; Instalações da Televisão Pública de Angola; entre outros.



Figura 44: Edifício do Comité do MPLA



Figura 43: Cinema

Esta cidade responde não apenas a uma descentralização da densidade da primeira cidade, mas reorganiza a cidade com a expansão da mesma, uma linguagem urbana é aplicada à função do edificado. No caso dos serviços é quase evidente eles fazerem parte da periferia dum núcleo habitacional, ou serem o elemento de repartição entre núcleos habitacionais, e no caso do comércio focaliza-se na extremidade da cidade que cria relação com a artéria de ligação para com áreas urbanas de proximidade, nomeadamente Sacomar, Kambongue, entre outros.

O edificado na terceira cidade colonial é maioritariamente habitacional, com um comércio quase nulo, e serviços totalmente educacionais. Os serviços apresentam-se na sua implantação periféricos ao núcleo habitacional e delimitam a terceira cidade colonial, sendo que os mesmos na sua maioria foram criados no período pós-colonial. Exemplificando: Escolas do 1º Nível de 1 de Junho, 4 de Fevereiro, e Saily Mingas; entre outros serviços.



Figura 45: Escola Saily Mingas



Figura 46: Escola 4 de Fevereiro

Na cidade pós-colonial, temos o domínio numérico habitacional conforme as cidades anteriores. Os serviços destacam-se pela sua massa volumétrica e pela sua implantação na extremidade do núcleo significativo, sugerindo uma localização partilhada para com o núcleo significativo e a restante cidade daquela área. Neste momento, os serviços são de infra-estruturas públicas, telecomunicações, gestão territorial, pontualmente escolas e implementaram-se as primeiras grandes superfícies comerciais. Citando exemplos destes: Shoprite; Nosso Super; Escola Anexa; Instituto de Ciências Religiosas de Angola; Instituto Nacional de Estradas de Angola; Televisão Pública de Angola.



Figura 47: Shoprite



Figura 48: Televisão Pública de Angola

Com a seguinte imagem pode-se confirmar a localização de alguns dos vários equipamentos no núcleo significativo, sendo estes de múltiplos tipos:



Figura 49: Exemplos de equipamentos dentro do núcleo significativo

Cap. III - A Habitação

Nos vários momentos considerados pudemos constatar que a habitação se apresenta superior numericamente (em unidades) e em termos de superfície abrangida pela sua implantação, sendo muitas destas áreas habitacionais estritamente monofuncionais, ou disso estando muito perto. A cidade de Moçâmedes, embora de modos diferentes ao longo do tempo, adquire corpo maioritariamente pela ampliação de tecido habitacional, esparsamente combinado com equipamentos ou comércio. É precisamente por isso que me pareceu adequado, e mais representativo, proceder a um último desenvolvimento da análise incidindo sobre as tipologias da mesma.

A habitação divide-se em unifamiliar isolada, unifamiliar concentrada, unifamiliar em banda, e multifamiliar, e cada momento dentro da coroa da cidade se inclina por uma escolha tipológica mais pronunciada.

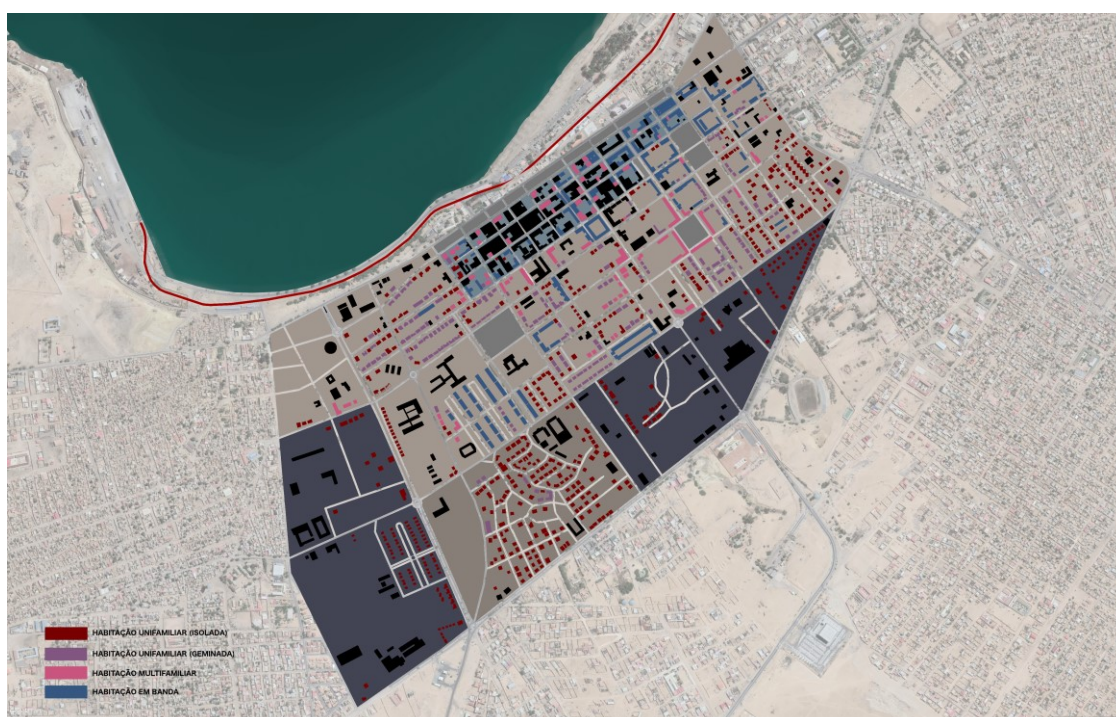


Figura 50: A habitação no núcleo significativo

3.1 A Habitação no tecido de Moçâmedes

Como citado anteriormente, o tecido da primeira cidade colonial geralmente alberga uma multiplicidade de funções determinada por uma economia limitada ao longo

do tempo, daí a habitação concentrada, dando lugar à habitação e ao comércio no mesmo edificado, ou em alguns casos até mesmo a presença de serviços. Esta é a característica que mais se faz sentir e é típica do período entre século XIX e meados do século XX.

Toda a área abrangida pela primeira cidade colonial adquire assim um significado de centro, dando lugar a coroa posteriores que surgem ao longo do tempo. Estas mesmas coroas vão por sua vez sendo enriquecidas ao longo do tempo com equipamentos, embora principalmente educacionais e religiosos, caracterizando-as numa de uma sucessão hierárquica de centralidade decrescente a partir da cidade original até à última coroa dentro do núcleo significante.

Na segunda cidade colonial podemos deparar-nos com a área em que existe uma maior variedade de tipologias habitacionais, tendo tido origem no momento em que houve uma intenção de pronunciar mais fortemente a habitação multifamiliar comparado aos restantes, e não esquecendo que poderá ter havido planos incidindo nas posteriores coroas que possam ter incluído renovações nesta mesma segunda coroa ou no próprio centro da cidade, tornando assim a segunda cidade mais “central” face às restantes.



Figura 51: Edifício multifamiliar

Apesar do impacto relativo da habitação multifamiliar na segunda cidade colonial, existe uma prevalência numérica da habitação unifamiliar em banda, em grande competitividade até com a habitação unifamiliar isolada, com uma importância neste momento quase equivalente. A habitação em banda na segunda cidade cria uma espécie de zona de transição para com a terceira cidade colonial ainda que não de forma absoluta, podendo-se afirmar que a habitação em banda desta área foi na sua maioria introduzida na época da terceira cidade colonial, tentando harmonizar a transição entre estas coroas.



Figura 52: Transição habitação em banda e 3ª cidade colonial

Na terceira cidade colonial temos sem dúvida a habitação unifamiliar isolada em posição dominante, que se torna absoluta no último momento, a cidade pós-colonial ainda que com um decréscimo nas suas dimensões de implantação do próprio edificado habitacional; em conjunto, ambas funcionam quase que como uma área periurbana, identificada por esta tipologia, no núcleo significativo.

A cidade pós-colonial dentro do núcleo significativo, esmagadoramente composta por habitação isolada, é sustentada por uma natureza de formação derivada por uma necessidade urgente de construção, sendo que esta mesma necessidade foi em parte satisfeita através de crescimento espontâneo e iniciativa individual, mas também marcada por pequenos loteamentos urbanísticos (condomínios abertos).

A ausência de equipamentos, além das de cariz educacional, nesta coroa, justifica-se pela relação e proximidade com a 2.^a cidade, mas também pela implantação de múltiplos equipamentos numa proximidade além do núcleo, definindo a cidade pós-colonial dentro do núcleo significativo como totalmente habitacional.

Esta cidade pós-colonial demonstra um recorrer simplista a um processo de prolongamento e cópia do edificado, tornando a mesma quase idêntica nos recursos e métodos de construção, que se transferem, e na própria linguagem e escolhas estilísticas, perante o edificado habitacional anterior.

Além do núcleo significativo encontramos a restante cidade, que se caracteriza por uma ausência de linguagem urbana planeada e pela espontaneidade na implantação do edificado, embora regida pela continuidade de algumas vias do núcleo significativo, onde a habitação surge na sua maioria com uma construção vernácula.

Através da tipologia habitacional mais comum dentro de cada momento, pode-se afirmar assim que existe uma variação na qualificação arquitectónica da habitação e da sua relação com o espaço público, em cada cidade dentro do núcleo significativo, marcando assim uma distinção na realidade de vivência da população de Moçâmedes com o passar do tempo. É óbvio também que a habitação unifamiliar, quer isolada, agregada ou em banda, domina o núcleo significativo, em número e superfície, de forma esmagadora em relação ao restante edificado.

Um fenómeno importante, recente, a citar, é a alteração na nomenclatura de referenciação espacial da cidade, na qual a distinção por ruas se perde com a independência – cuja maioria deixa de estar marcada toponimicamente e cujas designações não são utilizadas pela população – e se assume uma distinção por áreas dentro da cidade, na qual o termo “bairro” se usa como designação para cada núcleo; ainda que exista uma nomenclatura toponímica assumida pós-independência, a mesma não é utilizada, inclusive porque deixou de se utilizar a distribuição postal ao domicílio.

Cada “bairro” é definido por várias características, de forma espontânea e sem um critério uniforme; cada caso é único e definiu-se de maneira diversa, como por exemplo

diferenças sociais; elementos distintos e muito próprios referentes ao bairro (como uma árvore típica); qualidade de construção; ou características de desenho urbano unificadoras. É, na prática, uma nova camada de diferenciação urbana.

3.2 Casos exemplares de habitação unifamiliar isolada

Para análise, foram escolhidos quatro casos exemplares da realidade habitacional do núcleo significativo da cidade de Moçâmedes, exemplificando a tipologia habitacional de cada cidade, e do que seria a vivência comum ligada a cada uma.

Dentro da segunda cidade colonial apresentam-se dois exemplos para exemplificar a presença de um cruzamento de estilos arquitectónicos passando pela mesma época.

O primeiro caso, do ano de 1954, foi escolhido devido à sua aparente referência com uma vivência colonial ainda inicial, ostensivamente pretendendo estar mais ligada a uma tradição e cultura portuguesa, e que transmite uma sensação de robustez e algo fechada para com o seu “novo habitat”.



Figura 53: Vista aérea - moradia 1

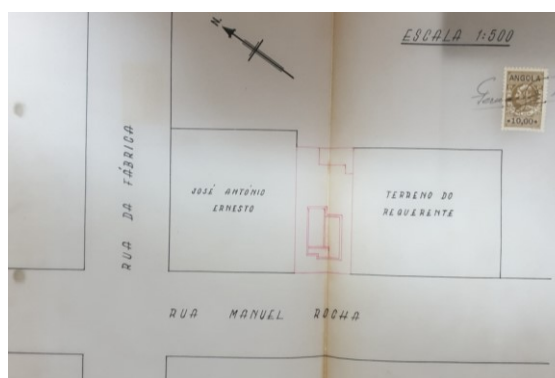


Figura 54: Planta localização - moradia 1

Localiza-se na Rua da Fábrica ou 1.^a Circular (1970), actualmente rua sem nome, enquadrada no Bairro das Castanheiras. Pertencente primeiramente a Agostinho da Silva Santos, requerente do projecto da mesma, com um processo de licenciamento nº 12, assume a sua localização no processo de licenciamento como sendo na Rua Manuel da Rocha, mas que na realidade acaba por ser implantada na antiga Rua da Fábrica como se comprova na imagem de satélite acima apresentada.

Esta habitação é um exemplar de “Português Suave”, e tenta uma transmissão de um ideal português da época para a realidade africana. O uso de modelos realizados na Metrópole e de formatos inspirados em tradições regionais portuguesas, serviriam para nacionalizar a colónia e para dar um ambiente mais familiar ao colono (Milheiro, 2012, pp. 337-343). Elementos típicos da “Casa Portuguesa” (telha, beirais, portadas, avarandados e alpendres) aparecem nesta casa (Fernandes, 2003, pp. 166-168), assim como referências a tradições construtivas de regiões de Portugal com clima mais quente, como as perfurações triangulares na fachada, que sugerem as adufas cerâmicas de ventilação do Alentejo, que os arquitetos coloniais preconizavam para os trópicos (Milheiro, 2012, p. 379).

A solidez com que se apresenta, a desconfiança e afastamento com que o próprio edificado se relaciona com o recuo da entrada, uma volumetria principal compacta, forte e robusta que se escala em duas cotas no alçado principal, assumindo uma cota altimétrica marcante face aos posteriores exemplos (tabela 2).

Com uma cobertura de duas águas, assume a marcação de entrada pedonal com um sombreamento recuado quase que centrada a meio do lote, uma escolha resguardada e distante em relação a uma ligação com o exterior que é ainda fortalecida por uma delimitação de frente de rua quase total na sua intenção de bloquear a visibilidade para o seu interior, sem esquecer uma escolha de posicionamento de vãos mínima no alçado principal. A habitação principal, no seu posicionamento face ao lote, comporta-se, no entanto, de forma similar ao seguinte caso da 2.^a cidade colonial, ambas possuem um distanciamento tanto lateral como de frente do lote similar (tabela 2).



Figura 56: Vista 01 - moradia 1



Figura 55: Vista 2 - moradia 1

Em suma, pela sua definição estilística e algumas características compositivas, esta habitação enquadra-se dentro de uma vivência colonial ainda rígida e bastante ligada a um tradicionalismo português, ainda que construída dentro de um período misto e de transição em relação à presença de outros estilos arquitetónicos e vivências coloniais.

A definição original deste exemplo manteve-se na sua massa, e a habitação aparenta não ter sofrido grandes alterações, apenas a agregação de anexos se faz sentir; apesar de estarem agregados à habitação principal os mesmos não são uma extensão da mesma, sem esquecer a alteração da cromia do conjunto. A subida do muro de frente à rua com um gradeamento cruzado definem a passagem do passado para o presente; com um reforço do afastamento e desapego para com o exterior, a privacidade do interior do lote aumenta.

Como segundo caso, enquadra-se uma habitação do ano de 1955, escolhida pelo facto de representar a vertente mais típica, ou mais presente da habitação isolada neste período, abraça uma influência local com uma base colonial.

Com o processo de licenciamento requerido por João Batista Velosa, com o processo de licenciamento nº 11, esta habitação encontra-se localizada na antiga Rua Manuel Rocha, actualmente também sem nome, enquadrando-se no Bairro das Castanheiras como o caso anterior.



Figura 57: Vista aérea - moradia 2



Figura 58: Planta localização - moradia 2

Dentro da segunda cidade colonial, o processo de licenciamento desta habitação cruza-se com o PGM de 1954, já que ambos são do mesmo ano. Relaciona-se com a maior fase de expansão e dinâmica na cidade, motivo este que reforça que habitações com o

mesmo recorte estilístico fossem uma imagem para este movimento urbano e representassem de melhor forma o espírito colonial da época.



Figura 60: Vista 1 - moradia 2



Figura 59: Vista 2 - moradia 2

Influenciada pelo Movimento Moderno, demonstra uma certa abertura à “africanidade”, reagindo com o meio em que se encontra através de cores, texturas, padrões e até mesmo uma adequação climática a certas decisões arquitetônicas ligadas ao sombreamento e ventilação. Em suma, um certo exotismo que é visto culturalmente como ligado a essa mesma africanidade, ainda que de forma pouco rigorosa – a arquitetura colonial da época recorre às vezes a um imaginário brasileiro ou mesmo “californiano” (Milheiro, 2012, pp. 443-444) – tentando assim relacionando-se com o local e com o espírito das pessoas da época da segunda cidade colonial.

Sustentada por uma volumetria base com uma alimetria inferior face ao primeiro exemplo, inclusive disfarçando o volume das duas águas acima de uma horizontal forte – como se vê na foto e no alçado – quase sugerindo uma casa de cobertura plana, horizontal e baixa, mas com maior implantação (ver tabela 2) esta divide-se em duas partes, sugerindo um positivo e um negativo, ao replicar de forma oposta elementos entre ambas as partes. Um avanço e um recuo, em que o recuo abraça o sombreamento e marcação de entrada pedonal, com também uma entrada para viaturas na extremidade esquerda do lote face à rua. Mantem por isso a volumetria, as gelsias, o alpendre e a cobertura inclinada do “Português Suave”, mas adota uma expressão mais aberta, mais geométrica, e sem características tradicionalistas.

A delimitação leve do lote em relação à via e ausência de obstáculos para com a habitação transmitem esta sensação de abertura e contacto com o exterior, reforçados pela menor cota em relação ao passeio e presença dos vãos que avançam e recuam conforme a volumetria.

De todos os casos, talvez esta habitação seja a mais imune perante a acção do tempo, com uma inalteração da construção em todos os sentidos, apenas com uma patina acrescentada, e que se faz sentir desde a própria volumetria até às cores da habitação, e incluindo a transparência da definição dos limites do lote, que seria de esperar na época, ainda que atualmente se encontre parcialmente destruída.

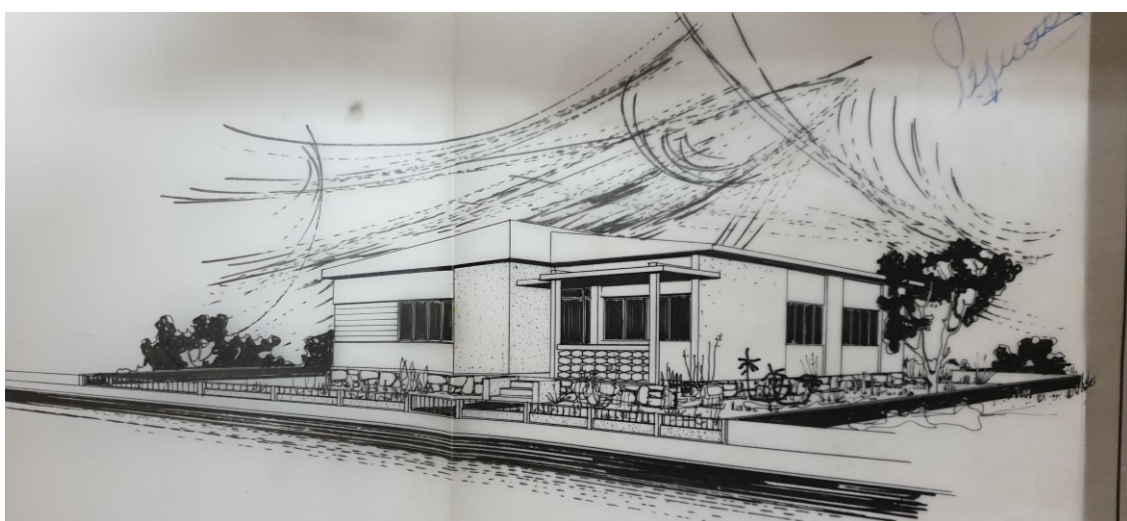


Figura 61: Perspetiva - moradia 2

Prosseguindo para a terceira cidade colonial, o caso que se apresenta para a mesma é do ano de 1973, na qual o requerente do processo de licenciamento é Justino Fernandes Lopes e possui o processo de licenciamento nº 86.

A habitação localiza-se no atual Bairro dos Cubanos, que no tempo colonial foi parte da área concretizada pelo Plano Parcelar da Zona Sul de 1970, ainda que de forma parcial. Atualmente, este mesmo bairro distingue-se por ser um núcleo urbano pouco dinâmico já que se define como uma área somente habitacional sem a presença de qualquer atividades ou comércio, e destaca-se pela expressiva presença do verde dentro e fora dos lotes, o que torna em vários casos um olhar para as habitações na sua totalidade quase impossível.

Habitação “em gaveto”, é exemplar arquitectónico que se aproxima do movimento moderno, na sua volumetria geométrica, aparente cobertura plana e construção em betão. Tem ainda com alusões tropicalistas, mas mais sóbrias em relação ao caso anterior, uma utilização de cores mais definida, a presença de lâminas que acentuam o remate da volumetria simétrica em curva que dá lugar à entrada recuada que envolve um sombreamento, com uma entrada emoldurada com elementos de transparência.



Figura 62: Vista aérea – moradia 3

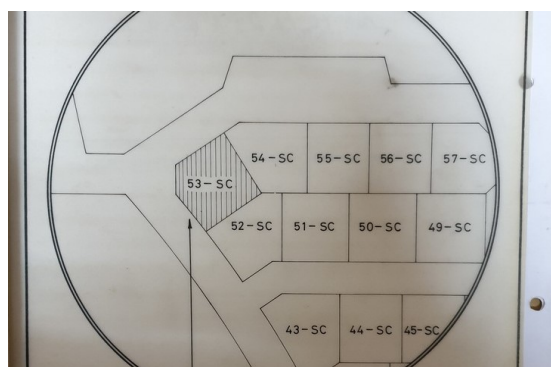


Figura 63: Planta de localização - moradia 3

Em relação aos casos anteriores, este distingue-se por uma supressão na área de lote face a uma superfície habitacional idêntica, distinguindo a terceira cidade com um loteamento geralmente inferior face à segunda cidade colonial (tabela 2).



Figura 65: Vista 1 - moradia 3



Figura 64: Vista 2 - moradia 3

O reforço da delimitação do lote desta habitação perante todos os casos anteriores é o que mais se acentua, já que ambas as frentes de rua do mesmo impedem a visibilidade entanto, na sua configuração original, na realidade seria bastante similar ao caso anterior,

com uma transparência e relação forte entre a habitação e o exterior, e é assim mais um bom exemplo de como a vivência da época colonial se alterou em relação ao presente, que se define por um distanciamento total para com o exterior.

Como quarto caso, na cidade pós-colonial, datando de 2013, a habitação escolhida localiza-se no atual Bairro do Cajueiro, uma pequena iniciativa urbanística de implantação de habitações similares. Neste caso o requerente é a empresa Sonangol que proporcionou este tipo de implantação habitacional em várias partes do país para funcionários da empresa, que com o tempo acabaram por ser vendidas a novos proprietários.



Figura 66: Vista aérea - moradia 4

Este caso foi escolhido por transmitir de melhor forma a habitação da classe média sob propriedades diversas ao passado, e, como dito anteriormente, por fazer parte de um conjunto de habitações idênticas, representando assim a morfologia da maior parte das habitações da cidade pós-colonial dentro do núcleo significativo.

Como dito anteriormente, os casos escolhidos tentam relatar e demonstrar não apenas os modos estilísticos dentro da arquitetura em cada momento, mas também as relações e vivências das pessoas para com a habitação e para com a cidade. Neste caso, a habitação define-se com uma contemporaneidade que tenta reviver a definição de “casa” com a sua simplicidade.

Temos um desapego para com o local ainda mais claro que nos momentos anteriores; se num conjunto planeado para uma classe relativamente favorecida, os muros não são tão ostensivos como no exemplo anterior, a própria configuração arquitetónica

sublinha a separação, reduzindo as aberturas e sugestões de contacto (note-se como a porta de entrada não está alinhada com o portão exterior) e mesmo a cobertura que desce sobre o alpendre parece “fechar” a casa. Ao mesmo tempo, em contradição quase que irónica, a habitação parece imitar “ideias feitas” sobre a “casa” (as duas águas, a aparência de telha, as portadas), em que parece haver ainda menos africanidade, mas antes uma banalização populista destinada ao consumo global, que o Pós-Modernismo tornou aceitável (Frampton, 2003, pp. 353-357).



Figura 67: Vista 1 - moradia 4



Figura 68: Vista 2 - moradia 4

Esta habitação define-se por uma volumetria básica simples, e em relação aos casos anteriores possui um decréscimo considerável em área habitável (tabela 2) e tenta através de vários elementos quebrar esta característica e iludir a sua simplicidade real, como por exemplo, o avanço da cobertura dando lugar a um sombreamento no alçado face à rua e animando a frente principal; uma ligeira quebra na volumetria paralelepipedica aparentando possuir uma largura maior; e uma inclinação da cobertura superior ao necessário neste clima, dando-lhe uma maior altimetria.

Habitação Unifamiliar Isolada	Caso 1 (1954) 2a cidade colonial	Caso 2 (1955) 2a cidade colonial	Caso 3 (1973) 3a cidade colonial	Caso 4 (2013) cidade pós-colonial
DIMENSÕES				
Cércea do edificado	4,50	4,00	4,20	4,00
Frente edificada	10,00	10,00	12,00	8,00
Profundidade do edificado	15,00	15,00	9,20	6,00
Recuo em relação à frente do lote	4,00	5,00	3,50	3,00
Separação em relação aos lados do lote	3,25 (lado esquerdo) 3,25 (lado direito)	3,00 (lado esquerdo) 3,50 (lado direito)	5,50 (lado esquerdo) 8,40 (lado direito)	3,00 (lado esquerdo) 1,00 (lado direito)
Área total de implantação do edificado	78,40	142,70	149,60	76,20
Área total do lote	405,00	746,00	313,00	465,00
VOLUMETRIA				
Unitária / Composta	Relativamente Unitária	Relativamente Unitária	Relativamente Unitária	Composta
Regular / Irregular	Irregular	Irregular	Regular	Irregular
Elementar / Texturada	Texturada	Texturada	Texturada	Elementar
COMPOSIÇÃO				
Simetria Relativa / Forte Assimetria	Assimetria	Assimetria	Simetria Relativa	Assimetria
Remate Linear / Remate Articulado	Remate quase linear, duas águas quase simétricas	Remate quase linear, duas águas quase simétricas	Remate quase linear, ligeiro corte na esquina	Remate articulado, coberturas assimétricas
Marcação Entrada Principal	Eixo quase central, portão, degraus, porta, e recuo para alpendre	Eixo quase central, portão, degraus, porta, pilar e pala	Vazio aberto na massa, bissetriz da esquina, portão degraus e pala	Não alinhado, portão, alpendre, degrau e porta
Separação / Abertura à rua	Separação Relativa, muro médio	Transparência, muro baixo	Separação Relativa, muro médio	Separação, muro alto, alpendre com cobertura descendente
Sombreamento	Recuo do alpendre	Alpendre, pala	Alpendre, pala	Alpendre
Afastamento do solo	0,60	0,60	0,75	0,15

Tabela 2: Habitação Unifamiliar Isolada

3.3 Casos menos usuais de habitação unifamiliar

Apesar da habitação unifamiliar isolada se apresentar numericamente superior em relações a outras tipologias habitacionais, é de referenciar que a habitação em banda embora igualmente unifamiliar desempenha um papel importante na cidade, para acentuar o carácter “mais urbano” de determinadas áreas. Como tal, apresentam-se alguns casos habitacionais que se enquadram à parte da habitação unifamiliar isolada.

Dentro da segunda cidade colonial e do período da construção da mesma, temos o primeiro caso, de habitação em banda, e este particularmente é escolhido por ter a capacidade de transmitir não só uma diferente expressão do urbano, evitando a “vivenda”, mas também por se dirigir a uma vivência colonial mais economicamente restringida, o que parece evidente quando se cruzam vários índices objetivos, desde a menor dimensão do lote, menor área de implantação, e escolhas arquitectónicas tendendo para a simplicidade (por exemplo volumétrica).

Edificada no ano de 1955, e localizada na antiga Rua Paulo Guerreiro, atualmente Bairro Saidy Mingas, integra-se num conjunto de unidades em banda similares, desenvolvidas de forma contínua com um processo de licenciamento pertencente a Emílio Cecílio Moreira, nº de processo 11, que se implantam num quarteirão completo através de duas parcelas divididas de forma longitudinal por um acesso pedonal que facilita a entrada pelas traseiras de todos os loteamentos.



Figura 69: Vista aérea - habitação em banda 1

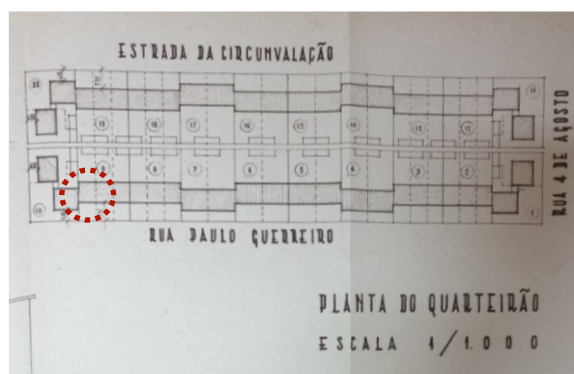


Figura 70: Planta localização - habitação em banda 1

A habitação em banda, por defeito, assume-se como uma definição construtiva para criar uma frente urbana contínua, esta pode assumir várias características, neste caso o conjunto comporta-se entre duas ruas, na qual define um alinhamento altimétrico quase constante, e simétrico em cada habitação. A sua cércea relativamente forte, sendo a pendente da cobertura para as traseiras, transmite uma tentativa de impor o conjunto com um ar “mais urbano” de maneira similar às habitações isoladas antes exemplificadas, mas através de um custo económico mais reduzido.



Figura 72: Vista 1 - habitação em banda 1



Figura 71: Vista 2 - habitação em banda 1

Sendo um conjunto, o fortalecimento criado por um agregar contínuo de habitações determina uma força “imponente”, contrabalançada pelos avanços e recuos das habitações, e pela sugestão de lâminas de betão, que, apesar da sua simplicidade, lhe dão dinâmica, tentando quase um desapegar de alguns elementos dentro do conjunto.

Apesar de as frentes dos lotes serem similares em ambos os lados do quarteirão, a sua implantação atribui-lhes uma vivência divergente, já que uma parte do conjunto encontra-se na Rua Paulo Guerreiro, a Norte, e se define dentro de uma vivência mediantemente movimentada (já que a mesma é uma simples rua habitacional), e o restante conjunto faceia a 1.^a Circular, que é uma via altamente estruturante na cidade, dando alguma razão para a procura do ar “mais urbano” que este conjunto demonstra, estando também relacionado com o facto de na altura ser uma localização menos privilegiada e talvez por isso destinada a uma população menos próspera.

As habitações, afastadas do solo e com um fortalecimento de altura da fachada principal, como vimos. No caso da habitação branca da imagem, em concreto, a marcação da entrada não é alinhada com a mesma da delimitação do lote, já que esta é aberta na maior parte da sua dimensão, protegendo a porta mas formando um pátio acessível, que

seria para uso de um automóvel na sua originalidade, e possuiria um alinhamento definido. A presença de uma divergência de materiais entre a cota do patamar de entrada e o restante alçado criam alguma variação na simplicidade do mesmo, com uma rugosidade na base, elementos agregados ao alçado e marcação de linhas horizontais.

Neste exemplo, pode-se reparar a ação do tempo sem grandes alterações, que na realidade só se presenciavam na delimitação do lote face à rua e de forma interrompida, em geral o edificado apresenta-se com uma degradação notória, mas ao mesmo tempo preservado na sua forma.

O segundo caso que se apresenta, também em banda e ainda dentro da segunda cidade colonial, mas construído durante a fase de expansão da cidade com a terceira cidade colonial. Com o processo de licenciamento pertence a José Gomes Ferreira, do ano de 1973, nº de processo 22, a habitação está localizada no antigo Largo Gregório Mendes, atualmente Largo das Heroínas, no Bairro Saídy Mingas.



Figura 73: Vista aérea - habitação em banda 2

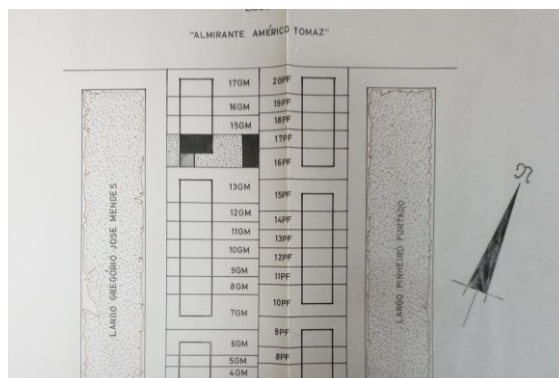


Figura 74: Planta de localização - habitação em banda 2

Neste caso, ainda que em habitação em banda, mas com dois pisos, tenta-se uma linguagem urbana mais de vizinhança, apesar de mais forte em volumetria é mais separada da rua. Delimitada hoje em dia por muros e gradeamentos altos, fecha-se ainda mais, reforçando uma espécie de “mirante” de espreita para o exterior, com a existência de uma caixa saliente da varanda.

Em conjunto, apesar da simplicidade da sua volumetria repetitiva, existe uma tentativa diferente do exemplo precedente para dinamizar as mesmas, com um escalar entre cada uma, com pequenos recortes que se apresentam de forma igual, mas não

simétrica, algo que no anterior caso não se faz sentir. É importante citar que a delimitação do lote é posterior à sua época de construção, em que esta separação do exterior seria menor, ainda que existente, e como se comprova nas imagens acima, pode-se constatar um certo respeito pela configuração e limpeza de desenho originais do edificado, que se mantém cuidado.



Figura 75: Vista 1 - habitação em banda 2

Para último caso, a presença individual na terceira cidade colonial de um exemplo inserido num conjunto de três habitações interligadas e similares, afirma um caso raro nesta cidade, a meio caminho entre uma forma de banda e de vivenda isolada. É uma habitação iniciada no ano de 1973 e localizada no actual Bairro dos Cubanos, que na sua concepção teria Sebastião Ferreira Gomes como proprietário, e neste caso em concreto o processo do projeto não possui um número legível.



Figura 76: Vista aérea – habitação interligada

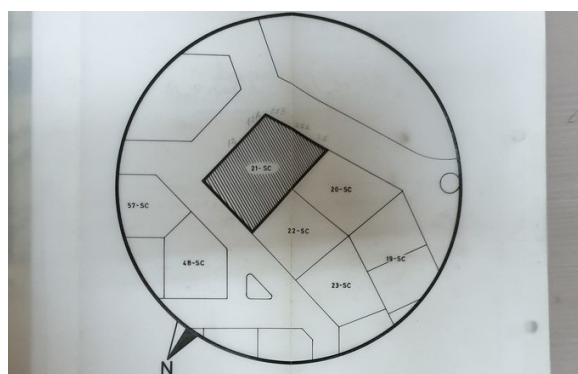


Figura 77: Planta de localização - habitação interligada

Com uma delimitação de lote transparente face à rua, provavelmente inalterada, os elementos de filtro permitem-nos observar a habitação na sua totalidade, exemplo de uma vertente estilística arquitetónica modernista, também algo “africanizada”.

Com um traçado mais modulado face aos anteriores exemplos, até por ocupar uma esquina, esta habitação agrega, dentro de uma volumetria base rígida, elementos dinâmicos e texturados que definem avanços, recuos, cheios e vazios, e com uma policromia que enriquece a obra.



Figura 78: Perspectiva - habitação interligada

Mais um exemplo de uma vertente estilística que se aproxima da modernidade internacional, nem que algo “africanizada”, é também o exemplo de uma certa banalização “pop” do funcionalismo, que ocorre nas décadas de 1960 e 1970 em Portugal (Tostões, 2004, p. 147).

Os elementos horizontais, como as varandas e lâminas, criam uma certa leveza e desapego do solo, e “escondem” a entrada, ainda que ela esteja alinhada com a abertura na delimitação do lote, face à rua. A prevalência desses elementos horizontais é temperada, não apenas na volumetria e outros elementos físicos, mas como na textura e na própria pintura da habitação, quebrando esta massiva horizontalidade, com o cuidado na agregação de elementos que não se apoiam no solo, nomeadamente as varandas e todos os elementos incorporados a estas, sem esquecer o elemento verde que se apresenta quase rasteiro como se estivesse a tapar a base da habitação em alguns momentos.



Figura 79: Vista 1 - habitação geminada



Figura 80: Vista - habitação geminada 2

Este exemplo, similarmente aos apresentados neste ponto, mantém-se inalterado perante o tempo, apesar que com algum desgaste, e apenas se pode observar o aumento de uma parede lateral que impede um olhar para a parte traseira do interior do lote, definindo ainda esta habitação com um contacto com a rua muito presente e carismático da época da sua criação.

Habitação Unifamiliar Agrupada	Caso 1 - Em banda (1955) 2a cidade colonial	Caso 2 - Em banda (1970) 2a cidade colonial	Caso 3 - Geminada (1973) 3a cidade colonial
DIMENSÕES			
Cércea do edificado	4,80	8,30	4,30
Frente edificada	6,70	7,00	8,40
Profundidade do edificado	8,70	14,00	6,40
Recuo em relação à frente do lote	4,00	4,00	4,50
Separação em relação aos limites laterais do lote	0,00	4,00 (lado direito)	5,00 (lado esquerdo)
Área total de implantação do edificado	49,60	98,00	132,90
Área total do lote	314,00	272,00	324,00
VOLUMETRIA			
Unitária / Composta	Unitária	Unitária/Composta	Composta
Regular / Irregular	Regular	Regular	Irregular
Elementar / Texturada	Texturada	Elementar	Texturada
COMPOSIÇÃO			
Simetria / Assimetria	Simetria	Simetria Relativa	Forte Assimetria
Remate Linear / Remate Articulado	Remate Linear	Remate Escadeado	Remate Linear/Escadeado
Marcação Entrada Principal	Porta assimétrica e à face da massa, portão, degraus	Vazio aberto na massa, assimétrico, portão, degraus	Porta na extremidade da massa e quase oculta, degraus, pala
Separação / Abertura à rua	Muro médio, parcialmente transparente (originalmente); fachada cerrada	Muro médio, transparente (originalmente); fachada com alguns vãos	Muro baixo; transparente; muitos vãos para a rua
Sombreamento	Não	Sim	Sim
Afastamento do solo	0,40	0,40	0,75

Tabela 3: Habitação Unifamiliar Agrupada

Conclusão

Desde o seu início, o sítio de Moçâmedes já era apresentado como uma referência dentro dos interesses do que foi a conquista do litoral de Angola por parte da Coroa de Portugal. Com a fixação da primeira colónia em 1849 e todo o esforço envolvido para o sucesso da mesma, que deram origem a uma segunda leva em 1884, gradualmente mais pessoas foram de encontro à cidade, tendo-se Moçâmedes tornado no que é hoje. Dentro de todo o esforço envolvido para conseguir-se uma fixação na localidade, já que primordialmente não tinha condições para uma rápida e estável colonização, o investimento na lavoura e no peixe serviram de base à fixação e deram impulso à colónia, abrindo portas a um maior crescimento não apenas económico, mas populacional.

O crescimento da cidade de Moçâmedes dentro do período colonial foi apoiada dentro dos possíveis com planos urbanos que estruturassem na sua maioria a cidade. O primeiro, em 1880, através de Fernando Costa Leal, surge a malha rígida da cidade, o verdadeiro centro, a primeira cidade colonial, que se desdobra paralelo à baía através de uma avenida principal que dá seguimento a quarteirões similares, em grelha paralela. Com a segunda cidade colonial, o PGM de 1954 José António Aguiar concilia a malha rígida do anterior período a uma diferente escala, alargando os seus quarteirões e caracterizando funcionalmente as áreas da cidade, hierarquizando vias e estabelecendo espaços públicos, vários elementos baseados na Cidade-Jardim, algo que no primeiro plano não se faria sentir. Assemelhando-se a um rectângulo até este momento, a terceira cidade colonial quebra a rigidez da cidade com o PP da Zona Sul, de 1970 por parte de António Moreira Veloso

Com a independência nacional, um momento de guerra civil se sucederá até 2002, e com esta uma quase nula urbanização e construção. A cidade pós-colonial aqui surge como resposta a uma necessidade de relocalização populacional devido às cheias de 2001, onde a urbanização ultrapassa o planeamento já que não havia recursos para se submeter essa expansão a um novo plano, ou a quaisquer regras.

A cidade evoluiu como resposta a várias necessidades, esta evolução maioritariamente tentou ser acompanhada por planos urbanos, ainda que determinados crescimentos tenham sido resultado de espontaneidade, dando-lhe um carisma e características próprias que distinguem estes vários momentos de evolução. Dito isto,

delimitou-se para efeitos de análise um “núcleo significante” para a cidade, correspondendo à sua área mais consolidada, podendo identificar o seu núcleo original e suas coroas urbanas sucessivas.

O núcleo original ou primeira cidade colonial, é paralela ao mar encontra-se topograficamente na cota mais baixa relativo às seguintes coroas urbanas, define-se por quatro filas de quarteirões na qual a largura de seus quarteirões assumem-se irregulares, mas com uma profundidade semelhante entre eles. A segunda cidade colonial realiza-se em adição à anterior, uma continuidade da mesma que incorpora um dimensionamento maior, os seus quarteirões engrandecem e assumem funcionalidades próprias, neste caso os maiores enquadram serviços, e os restantes funções habitacionais. Já com a terceira cidade colonial dentro do núcleo, temos uma área totalmente habitacional que apesar de existirem dentro de uma dinâmica orgânica interligam-se com a segunda cidade. Ligada também à 2.^a cidade colonial, a cidade pós-colonial surge como a consolidação do núcleo significante, a mais exteriorizada e com maior proximidade ao deserto, ela adiciona-se ao restante núcleo por justaposição, ou seja, uma alteração nas proporções estipuladas pela segunda cidade. Podendo definir assim dentro do núcleo significante uma alteração no movimento e tipos de distâncias ao longo do tempo, individualizando cada cidade com uma dimensão diversa às restantes, um produto de distâncias próprias que responderam a necessidades diversas de cada época, que definem os traçados, quarteirões, vias e edificado de cada uma.

A habitação sendo a função mais presente, em número e área, no edificado de Moçâmedes, foi caracterizada dentro das suas tipologias, na qual a unifamiliar isolada foi a que mais se destacou. Dito isto, definiram-se exemplos dentro da arquitetura que se destacassem por serem típicas a cada época de enquadramento, a cada coroa urbana.

No caso da segunda cidade colonial, estudou-se um exemplar de “Português Suave” de 1954, uma habitação que exprime ainda uma tentativa de tradicionalismo colonial ligada ao Portugal metropolitano, um sentimento rígido, uma volumetria bruta, um resguardo assegurado pelas poucas aberturas na mesma. Paralelamente a esta, dentro da mesma época e coroa, um segundo exemplo de 1955 exprime uma aproximação ao Movimento Moderno, que se inspira ao mesmo tempo numa certa “africanidade” – as cores, as vibrações que são transmitidas pelas linhas, recortes e texturas, tentam

enquadrar-se ao local algo que no primeiro exemplo não existia. Neste momento, temos um cruzamento de vivências coloniais, aquelas que ainda se ligam ao passado e à sua terra mãe (Portugal) e outra que tenta abraçar o seu novo “habitat”, a sua nova casa. Já na terceira cidade colonial, encontramos uma continuidade no conceito do segundo exemplo, uma habitação de 1973, que se liga ao seu ambiente e transmite algo dessa “africanidade”, e onde o dinamismo e abertura se encontram por toda a habitação. Finalmente, deparamos com a cidade pós-colonial, onde a contemporaneidade se ilustra num exemplo de 2013 que poderia ser “colado em qualquer parte do mundo”, e em que a identidade é apagada, substituída por habitações vazias de carisma.

Além da habitação isolada, é importante ainda assim citar o papel que a habitação unifamiliar em banda tem na cidade, não apenas pela sua quantidade numérica, mas também pelo papel que desempenha ao definir uma atmosfera mais urbana em determinadas partes da cidade.

O primeiro caso apresentado como exemplo é de 1955, enquadrado na 2.^a cidade colonial, e integra-se num conjunto de unidades em banda contínuas. Com uma cêrcea forte e simplicidade volumétrica, e através do recuos e avanços de algumas unidades do conjunto tenta-se assim criar uma quebra na monotonia do conjunto, e com estas impõe-se um ambiente mais urbano, num modelo de habitação até similar às moradias anteriormente citadas, mas com um custo económico mais reduzido. No segundo caso, de 1973 e ainda na 2.^a cidade colonial temos um outro exemplar em banda mas de dois pisos; aqui, a habitação volumetricamente exprime-se com alguma sobriedade, resguarda-se numa comunicação para com a rua e o segundo piso reforça um sentido de mirante de espreita para o exterior, afirmando com mais força esta separação. Já na 3.^a cidade colonial, na ausência de habitação em banda, analisou-se uma outra excepção, uma habitação inserida em um conjunto de habitações interligadas do ano de 1973 que, similarmente a algumas moradias isoladas apresentadas, se enquadra dentro de uma vertente arquitetónica modernista “africanizada”, com algum esforço para fugir à regularidade planimétrica e volumétrica.

A habitação consegue transmitir toda uma alteração na vivência e espírito de cada época na cidade, e no caso de Moçâmedes, a habitação unifamiliar isolada dentro do núcleo significante começa por um sentido ligado ainda à origem da população colonial,

que transita ao longo do tempo até a um abraçar do local com este sentido de “africanidade” com uma base do Movimento Moderno, vindo o período pós-colonial fazer um estranho “retorno ao início”, exibindo um desapegar do local, neste caso já não se ligando a Portugal. A sede nacional no desapegar do modelo colonial suscita uma procura que recai na imagem estereotipada de “casa”, em simplicidade volumétrica, com duas águas, um pequeno alpendre, janelas com portadas, um jardim, elementos fáceis de identificar na cultura eurocêntrica, um produto de construção na contemporaneidade globalizada.

Acreditando na dificuldade agregada no assentamento definitivo colonial, com o início da cidade, onde a mesma transmitia este espírito de dificuldade e ainda da nacionalidade portuguesa, tem-se a noção de como era a áurea colonial nos inícios de Moçâmedes e como ao longo do tempo esta vivência mudou não apenas na habitação mas em toda a cidade, passando para uma realidade utópica do colono que vive num mundo sossegado, familiar e suburbano. Com a auto proclamação de Angola todo este espírito muda, a cidade define uma subdivisão em “bairros”, pequenas sub-comunidades, as habitações tendem a fechar-se na sua relação com a rua, testemunha uma fase livre de equipamentos que só recupera nestes últimos anos, perde-se o brilho da cidade colonial e toda a beleza de uma classe média quase transversal por toda a cidade, e daí surge um tentar nacionalista de um desapegar do estilo colonial, o sentido de comunidade mais local surge com estes “bairros”, a cidade expande-se e densifica-se além da ideologia colonial sobre características diversas e o desfasamento de classe sociais atingem a “antiga cidade” originando uma nova fase de vivências com habitação desapegada de qualquer cultura ou carisma local, a implantação de “modelos em série” que não exclama Moçâmedes mas sim um exemplar de “casa” estereotipada.

Bibliografia

Aguiar, J. (1954). Memória Descritiva. In: *Plano Geral de Urbanização de Moçâmedes*. Lisboa, Gabinete de Urbanização do Ultramar.

Alexandre, L. (2016). *Luanda, da Arquitetura Vernácula ao Séc. XXI*. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

Azevedo, J. (2014) *A Colonização do Sudoeste angolano*. Salamanca, Universidad de Salamanca.

Bastos, C. (2011). *Ilhas, planaltos e travessias: os fluxos de madeirenses entre plantações e colónias*. Lisboa, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Bastos, C. (2009). *Maria India, ou a Fronteira da Colonização: Trabalho, Migração e Política no Planalto Sul de Angola*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Bethell, L. (1976). *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo.

Boesigner, W. (2013). *Le Corbusier, Œuvre complète. Vol.5. : 1946-1952*. Basileia, Les Editions d'Architecture.

Coelho, C., et alii. (2014). *O Tempo e a Forma*. Lisboa, Argumentum.

Duarte, J. (1999). *Senhores do Sol e do Vento - Histórias Verídicas de Portugueses, Angolanos e outros Africanos*. Lisboa, Editorial Estampa.

Fernandes, J. (2018). *Arquitetura Moderna Portuguesa na África Subsaariana*. Lisboa, Artigo.

Fernandes, J. (2005). *Luso Africana*. Lisboa, Caleidoscópio.

Fernandes, J. (2003). *Português Suave – Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa, IPPAR.

- Frampton, K. (2003). *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo, Martins Fontes.
- Francisco, A. (2013). *Desafios do Desenvolvimento e Ordenamento do Território do Namibe*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Garcia, C. (1968). *A Cidade que o Homem impôs ao Deserto*. Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Hall, P. (2014). *Cities of Tomorrow*. 4.^a ed., Oxford, Blackwell Publishing.
- Leote, I. (2015). *A adaptabilidade das malhas urbanas - função do traçado, uso e serviço à mobilidade*. Lisboa, Instituto Técnico Superior de Lisboa.
- Mattoso, J. (2007) *Património de Origem Portuguesa: Arquitetura e Urbanismo*, vol. IV. Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- Milheiro, A. (2015). *Arquitetura Coloniais Africanas no Fim do “Império Português”*. Lisboa, Relógio D’Água.
- Milheiro, A. (2009). Experiências em Concreto Armado na África Portuguesa: Influências do Brasil.. In: *Revista do Programa Pós-Graduação e Urbanismo da FAUUSP*. n.º 25, pp 56-79. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Milheiro, A. (2012). *Nos Tópicos Sem Le Corbusier*. Lisboa, Relógio D’Água.
- Milheiro, A. (2012a) O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. In: *urbe. Revista brasileira de Gestão Urbana*. vol. IV, n.º 2, pp. 215-232 São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Oliveira, J. (2018). *Cidades de Areia: Construção da Identidade do Imaginário Colonial no Sul de Angola*. Coimbra, Universidade de Coimbra.

- Palanque, L. (1995). *Angola: Um país fabuloso*. Luanda, Edição Global.
- Rodrigues, C., (2015). *Enquadramento Histórico e Urbanismo do Namibe*. [Em linha]. Disponível em <http://www.hpip.org/pt/Contents/Place/556>. [Consultado em 22.04.2019].
- Torres, M. (1974) *O distrito de Moçâmedes nas fases de origem e primeira organização*, vol. II. Moçâmedes, Câmara Municipal de Moçâmedes.
- Tostões, A. (2004). *Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos*. In: Tostões, A. (cord.). *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*. Lisboa, IPPAR, pp. 105-155.
- Tostões, A. (2004a). 10 temas de modernidade. In: Tostões, A. (cord.). *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*. Lisboa, IPPAR, pp. 287-375.
- Veloso, A., Fernandes, J., Janeiro M. (2008). *João José Tinoco Arquiteturas em África*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Vicente, J. (1969). *Bernardino Freire de Figueiredo e Castro: fundador de Moçâmedes*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

Índice de Figuras

Figura 1: Fluxos da África Austral	15
Figura 2: Gravura M.Moraes - Moçâmedes 1863	17
Figura 3: Moçâmedes e Núcleos Urbanos	19
Figura 4: Evolução de Moçâmedes 1880-2018	20
Figura 5: Fotografia do Palácio, Igreja S.Adrião e Hospital	21
Figura 6: Gravura de Moçâmedes 1888	21
Figura 7: Plano Geral de Moçâmedes de 1954	22
Figura 8: Fotografia de Planta do PP da Zona Sul de 1970	23
Figura 9: Vista panorâmica de Moçâmedes nos anos 70	24
Figura 10: Planta de Moçâmedes de 1880	25
Figura 11: Planta Esquemática Moçâmedes 1880-1950	27
Figura 12: Fotografia Planta do PGM de 1968	29
Figura 13: Planta PGM 1968 - Zonamento	30
Figura 14: Planta PP Zona Sul 1970 - Centro Cultural	30
Figura 15: Vista parcial da Carta Planimétrica da cidade do Namibe	32
Figura 16: Planta ilustrativa Moçâmedes - Cidades Coloniais	33
Figura 17: Vista aérea Moçâmedes 2018 - Limites Núcleo Significante	34
Figura 18: Planta ilustrativa Moçâmedes - períodos no Núcleo Significante	35
Figura 19: Planta ilustrativa Moçâmedes - Núcleo Significante e as Cidades Coloniais	35
Figura 20: Vista aérea parcial ilustrativa - 1ª cidade colonial	37
Figura 21: 1ª cidade colonial - malha	38
Figura 22: 1ª cidade colonial - quarteirões	38
Figura 23: Vista aérea parcial ilustrativa - 2ª cidade colonial	39
Figura 24: 2ª cidade colonial - quarteirões	40
Figura 25: 2ª cidade colonial - malha	40
Figura 26: : Vista aérea parcial ilustrativa - 3ª cidade colonial	40
Figura 27: Vista aérea parcial - 3ª cidade colonial	41
Figura 28: 3ª cidade colonial - quarteirões	42
Figura 29: 3ª cidade colonial - malha	42
Figura 30: Vista aérea parcial ilustrativa - cidade pós-colonial (a)	43
Figura 31: Vista aérea parcial ilustrativa - cidade pós-colonial (b)	44
Figura 32: cidade pós-colonial - malha	44
Figura 33: cidade pós-colonial - quarteirões	44
Figura 34: Hierarquia de Vias - Núcleo Significante	46
Figura 35: Perfil de vias ilustrativo - 22m	47
Figura 36: Perfil de vias ilustrativo - 20m	48
Figura 37: Perfil de via ilustrativo - 10m	49
Figura 38: O edificado no Núcleo Significante	49
Figura 39: Altimetria do edificado	50
Figura 40: Função do edificado	51
Figura 41: Cine Namibe	52
Figura 42: Direção das Pescas	52
Figura 43: Cinema	53
Figura 44: Edifício do Comité do MPLA	53
Figura 45: Escola Saidy Mingas	53
Figura 46: Escola 4 de Fevereiro	53
Figura 47: Televisão Pública de Angola	54
Figura 48: Shoprite	54
Figura 49: Exemplos de equipamentos dentro do núcleo significativo	55

Figura 50: A habitação no núcleo significativo	56
Figura 51: Edifício multifamiliar.....	57
Figura 52: Transição habitação em banda e 3ª cidade colonial.....	58
Figura 53: Vista aérea - moradia 1	60
Figura 54: Planta localização - moradia 1	60
Figura 55: Vista 2 - moradia 1.....	61
Figura 56: Vista 01 - moradia 1.....	61
Figura 57: Vista aérea - moradia 2	62
Figura 58: Planta localização - moradia 2	62
Figura 59: Vista 1 - moradia 2.....	63
Figura 60: Vista 2 - moradia 2.....	63
Figura 61: Perspetiva - moradia 2	64
Figura 62: Vista aérea – moradia 3.....	65
Figura 63: Planta de localização - moradia 3	65
Figura 64: Vista 2 - moradia 3.....	65
Figura 65: Vista 1 - moradia 3.....	65
Figura 66: Vista aérea - moradia 4	66
Figura 67: Vista 2 - moradia 4.....	67
Figura 68: Vista 1 - moradia 4.....	67
Figura 69: Vista aérea - habitação em banda 1.....	69
Figura 70: Planta localização - habitação em banda 1.....	69
Figura 71: Vista 1 - habitação em banda 1	70
Figura 72: Vista 2 - habitação em banda 1	70
Figura 73: Vista aérea - habitação em banda 2.....	71
Figura 74: Planta de localização - habitação em banda 2.....	71
Figura 75: Vista 1 - habitação em banda 2	72
Figura 76: Vista aérea – habitação interligada	72
Figura 77: Planta de localização - habitação interligada	72
Figura 78: Perspetiva - habitação geminada.....	73
Figura 79: Vista - habitação geminada 2.....	74
Figura 80: Vista 1 - habitação geminada.....	74

Índice de Tabelas

Tabela 1: Censos Moçâmedes	32
Tabela 2: Habitação Unifamiliar Isolada.....	68
Tabela 3: Habitação Unifamiliar Agrupada	75